



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GECILAINY GOMES DA SILVA

Questão Agrária: do PNLD aos Livros Didáticos de História do Ensino Médio

RECIFE
2026

GECILAINY GOMES DA SILVA

Questão Agrária: do PNLD aos Livros Didáticos de História do Ensino Médio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a
obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Rita Ivo de Melo
Machado

RECIFE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

S586q Silva, Gecilainy Gomes da.
Questão agrária: do PNLD aos livros didáticos de
história do ensino médio / Gecilainy Gomes da Silva.
- Recife, 2026.
61 f.

Orientador(a): Maria Rita Ivo de Melo Machado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Ciência agrária. 2. História - Estudo e ensino.
3. Livro didático. 4. Programa Nacional do Livro
Didático (Brasil) 5. Base Nacional Comum
Curricular. I. Machado, Maria Rita Ivo de Melo,
orient. II. Título

CDD 909

GECLAINY GOMES DA SILVA

Questão Agrária: do PNLD aos Livros Didáticos de História do Ensino Médio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a
obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: 09/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Rita Ivo de Melo Machado
Orientadora

Profª Drª Marcília Gama da Silva
Examinadora interna

Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva
Examinador externo

Dedico este trabalho aos meus pais, Geraldo Gomes da Silva e Edinalva da Silva Bastos, por serem meu alicerce e meu espelho. Moldaram meu caráter, minha personalidade e minha forma de ver o mundo. Vocês me ensinaram o que universidade nenhuma ensina. Vocês me ensinaram a viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Virgem Maria pela infinita misericórdia, zelo e compaixão, mesmo que eu não seja merecedora de tanto amor. Ao meu pai, Geraldo Gomes da Silva, por me ensinar tudo que eu sei e ser meu maior exemplo de ser humano. A minha mãe, Edinalva da Silva Bastos, por abdicar de sua vida para cuidar de mim e da minha irmã de forma maravilhosa, por sua paciência e força. A Gabriela Gomes da Silva, minha irmã caçula, por me escutar reclamar da vida e da escrita deste TCC. A vocês, minha eterna gratidão e amor. Tudo que sou e serei na vida é graças a vocês.

Aos meus familiares, em especial minha avó Maria Olímpia da Conceição, que me ensina todos os dias sobre o significado e a importância da família. A minha avó Marinete da Silva Bastos, por me ensinar que a vida pode começar depois dos 60 anos. Aos meus avôs, Sebastião Gomes da Silva (*in memoriam*), por todo aprendizado, pelas rapaduras e por nunca me permitir esquecer que o Covid-19 nas mãos de governantes irresponsáveis se tornou um genocídio; a João Pinto Bastos (*in memoriam*) pelo cuidado, por me dar dinheiro escondido na infância após ganhar no jogo do bicho e por não me deixar mascar ciclete porque era feito de borracha. Vocês são parte de tudo que eu sou.

Ao famigerado, aclamado e mais mais, Bataclan. Sarah Bezerra Siqueira, Miguel Adelino Cabral Neto, Lídia da Silva Souza, Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa e Raquel Albuquerque da Silva. Vocês são a parte mais importante da minha graduação. Sem vocês, muito de tudo que conquistei não valeria a pena. Vocês foram além da universidade, são minha alma gêmea. Vocês me completam, me complementam e me preenchem de alegria.

Aos meus sogros, Maria José da Silva Araujo e Paulo Laurindo de Araujo, por serem minha segunda família e me acolherem em todos os momentos. Vanessa Maria de Araujo, minha cunhada e amiga, pelas conversas e risadas. Guilherme Guimarães Araujo das Chagas, meu pequeno Gui, que virou meu sobrinho também, você é luz que ilumina qualquer caminho. Agradeço imensamente por me incluírem na família de vocês.

A minha orientadora Maria Rita Ivo de Melo Machado, pela paciência, puxões de orelha e orientações. Tenho muito orgulho em ser orientada por você. Agradeço também a Jaime de Lima Guimarães Júnior, por iluminar meus caminhos e me direcionar nessa jornada acadêmica. A Thuca Kércia Moraes de Lima pelas contribuições na minha formação. A Mariana Zerbone Alves de Albuquerque por me acolher no RecLab e pelas aulas ministradas

de forma majestosa. A Juliana Alves de Andrade, por ter sido minha primeira orientadora e ensinar tudo sobre o meio acadêmico para uma jovem recém saída do ensino médio.

Meus agradecimentos ao Museu Militar do Forte do Brum (MMFB), por ser meu segundo lar durante um ano. Ao Coronel André Monteiro, ao Tenente Coronel Gustavo André e a Robson Januário por toda orientação e troca de conhecimento. Giovanna Albuquerque, Raphael Domingos e Mainã Yuska compartilharam comigo diversos momentos incríveis e puxões de orelha no MMFB. Brasil!

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) por garantirem minha permanência no meio universitário. Sou fruto de escola pública, Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e programas de assistências e permanências estudantis. Por uma educação pública e de qualidade. Que nos mantenhamos sempre à esquerda.

Aos meus colegas de graduação, Pedro Henrique da Silva, Beatriz Neves de Lima, Beatriz Noely Miranda Silva, Camylle Laís Pedrosa Neves, Katharina Gomes dos Santos, Leonardo Filipi Paiva Laureano e Maurílio Carlos Bezerra da Silva por todo apoio. Gabriel Ferreira da Cruz, meu companheiro de Barro/Macaxeira (Várzea) e Barro/Zumbi do Pacheco, agradeço por todas as conversas (comuns ou alienantes) e pelo apoio em meio ao cansaço e ao longo percurso. Vocês foram essenciais nesse processo de formação.

Por último, mas não menos importante, ao grande amor da minha vida, meu noivo e futuro esposo. Agradeço pelo incentivo, paciência e por me fazer sentir a mulher mais inteligente do mundo. Você, mais do que ninguém, está em grande parte da escrita desse projeto, que já foi um sonho para mim. Você me motiva e me faz acreditar numa educação que por muitas vezes achei impossível com a realidade brasileira em que vivemos. Você me torna uma pessoa melhor. Você me torna uma historiadora melhor. Você me torna uma professora melhor. Obrigada, Pedro Lucas de Araujo.

*“Desigualdade rima com hipocrisia
Não tem verso nem poesia que console um cantador
A natureza na fumaça se mistura
Morre a criatura e o planeta sente a dor
O desespero no olhar de uma criança
A humanidade fecha os olhos pra não ver
Televisão de fantasia e violência
Aumenta o crime
Cresce a fome do poder”*

-Flávio José

RESUMO

Este trabalho analisou criticamente a abordagem da questão agrária nos livros didáticos de História do Ensino Médio e sua articulação com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscando identificar as potencialidades, limites e silenciamentos na representação da estrutura fundiária brasileira. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou os pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin para examinar e contrastar duas propostas editoriais com intencionalidades distintas: a coleção da Quinteto Editorial, amplamente utilizada na rede pública estadual de Pernambuco e utilizada por três edições, e a coleção da editora FTD, adotada no segmento de escolas privadas e estruturada sob as novas matrizes curriculares do Novo Ensino Médio. Fundamentado no campo do Ensino de História e na historiografia social e agrária, o referencial teórico dialoga com autores como Manuel Correia de Andrade e João Pedro Stédile, que compreendem o latifúndio e a concentração de terras como elementos estruturantes das desigualdades socioeconômicas do país. Os resultados evidenciaram um paradoxo curricular: enquanto a Quinteto Editorial assegura uma sólida ancoragem cronológica e linear, recuando à República Romana para explicar a gênese dos conflitos de terra e detalhando marcos jurídicos como a Lei de Terras de 1850, a FTD opera de forma modular e contemporânea, conectando o passado colonial às fraturas do agronegócio atual. Conclui-se que o tema, embora diluído em eixos de competências na BNCC, assume significância nos livros didáticos, sendo instrumental para a efetiva formação de uma consciência histórica e social nos estudantes.

Palavras-chave: Questão agrária, Ensino de História, Livro didático, PNLD, BNCC.

ABSTRACT

This study critically analyzed how the agrarian issue is approached in High School History textbooks and its connection with the National Textbook and Teaching Material Program (PNLD) and the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC), aiming to identify the potential, limitations, and silences in the representation of Brazil's land structure. The research, which was qualitative in nature, used the methodological assumptions of Laurence Bardin's Content Analysis to examine and compare two publishing proposals with different intentions: the Quinteto Editorial collection, widely used in the public state school system of Pernambuco across three editions, and the FTD publisher collection, adopted in private schools and structured according to the new curricular frameworks of the New High School. Based on the field of History Teaching and on social and agrarian historiography, the theoretical framework engages with authors like Manuel Correia de Andrade and João Pedro Stédile, who see large estates and land concentration as structuring elements of the country's socioeconomic inequalities. The results revealed a curricular paradox: while Quinteto Editorial ensures a solid chronological and linear anchoring, going back to the Roman Republic to explain the origins of land conflicts and detailing legal milestones like the 1850 Land Law, FTD works in a modular and contemporary way, connecting the colonial past to the fractures of today's agribusiness. It is concluded that the topic, although diluted in competence axes in the BNCC, gains significance in textbooks, being instrumental for the effective formation of historical and social awareness in students.

Keywords: Agrarian issue, History Teaching, Textbook, PNLD, BNCC.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. AFINAL, O QUE É QUESTÃO AGRÁRIA?.....	15
3. LIVROS DIDÁTICOS E O ENSINO ESCOLAR.....	21
4. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	26
4.1. FICHA TÉCNICA E ANÁLISE DO SUMÁRIO: HISTÓRIA POR TODA PARTE.....	27
4.1.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO: HISTÓRIA POR TODA PARTE.....	29
4.2. FICHA TÉCNICA E ANÁLISE DO SUMÁRIO: CONTATO HISTÓRIA.....	44
4.2.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTATO HISTÓRIA- 1º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO. 46	
4.2.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTATO HISTÓRIA- 2º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO. 48	
4.2.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTATO HISTÓRIA- 3º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO. 52	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6. REFERÊNCIAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária atravessa toda a história brasileira estruturando relações de poder desde o período colonial até a contemporaneidade¹. A concentração fundiária, os conflitos pela terra, a subordinação de trabalhadores na posição de escravizados e as suas formas de resistência, bem como as situações precárias dos trabalhadores livres que realizaram e ainda realizam mobilizações sociais, constituem elementos centrais para compreender a problemática da questão agrária que envolve a formação social, econômica e política do país. Ainda assim, apesar de sua relevância histórica e social, essa temática permanece frequentemente marginalizada no ensino escolar, especialmente na disciplina de História, sendo tratada de maneira pontual, despolitizada ou, por vezes, silenciada nos materiais didáticos.

Com a implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular)², havia uma expectativa por parte dos docentes de ciências humanas que temas estruturantes da formação histórica brasileira, como a questão agrária, fossem abordados com maior profundidade no Ensino Médio. No entanto, observou-se que o documento não destaca de forma explícita as causas e os sujeitos históricos envolvidos nos conflitos fundiários, nem orienta as habilidades específicas de modo a promover uma reflexão crítica sobre as lutas sociais no campo no passado e seus desdobramentos na contemporaneidade. Embora as competências da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ofereçam possibilidades interpretativas, elas não garantem um tratamento direto das problemáticas da questão agrária no componente curricular da História.

Essa lacuna tende a se reproduzir nos livros didáticos, que frequentemente reduzem a temática a episódios isolados e descontextualizados, como o Quilombo dos Palmares e a Guerra de Canudos, deixando de lado outros episódios relevantes como Contestado, Cabanada, Balaiada e as revoltas dos Marimbondos, do Ronco da Abelha e do Quebra-Quilos. Tal abordagem fragmentada pode contribuir para o reforço de ideologias conservadoras e para a naturalização das desigualdades e violências históricas sofridas pela massa trabalhadora do campo, além de perpetuar visões estereotipadas que associam o espaço rural ao atraso, à passividade ou à violência descontextualizada.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a questão agrária é representada no PNLD, na BNCC e nos livros didáticos de História do Ensino Médio, e com

¹ STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

² BNCC- **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

isso identificar as limitações, ausências e silenciamentos desse tema na construção do conhecimento histórico escolar. Este trabalho tem por objetivos específicos compreender o conceito de questão agrária na literatura acadêmica brasileira; mapear a presença do tema como componente curricular de História na BNCC; investigar como os livros didáticos abordam a questão agrária em diferentes períodos históricos, tipos de conflitos e sujeitos sociais; e comparar as orientações curriculares com as abordagens efetivamente apresentadas nos livros didáticos.

Diante desse cenário, a pesquisa propõe uma análise sistemática do PNLD, da BNCC e de duas coleções de livros didáticos de História do Ensino Médio: *História por Toda Parte* (2024)³, da editora FTD, adotada em uma instituição privada de Pernambuco onde a pesquisadora realiza estágio docente, e o *Contato História* (2016)⁴, publicada pela Quinteto Editorial, utilizada na Escola Técnica Estadual Alcides do Nascimento Lins, em Camaragibe (PE), onde foram desenvolvidas atividades no âmbito do PIBID⁵.

Como justificativa de escolha dessas coleções, permite-se uma análise comparativa entre contextos de escola pública e privada, buscando investigar se a origem do material e o público-alvo influenciam na profundidade e na neutralidade com que o tema é tratado. Portanto, o trabalho contribui para o campo da Educação e da História ao verificar se o material distribuído e adotado cumpre o papel de promover a equidade e o entendimento das tensões estruturais da sociedade brasileira.

Como metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, voltada à análise do PNLD, da BNCC e dos livros didáticos *História por Toda Parte* (2024) e *Contato História* (2016), com o objetivo de identificar como a questão agrária é representada nesses materiais. A investigação concentrou-se na compreensão dos sentidos atribuídos ao tema, através da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin⁶. Por meio disso, observou-se as presenças ou ausências dos sujeitos históricos envolvidos nos conflitos no campo que se materializam através das lutas por condições mais justas de relações de trabalho e pela posse e propriedade da terra.

O estudo foi fundamentado na articulação entre História Social, Ensino de História e História Agrária. No âmbito da História Agrária, os trabalhos de Manuel Correia de

³ SERIACOPI, Gislane Campos. **História por Toda Parte**. 1º ao 3º ano: Ensino Médio, volume único. São Paulo, 2024, Editora FTD, 1 ed.

⁴ PELLEGRINI, Marco César. **#Contato História**. Coleção #contando história. São Paulo, 2016, Quinteto Editorial.

⁵ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

⁶ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, 1977. Edição 70.

Andrade⁷, João Pedro Stédile⁸ e José de Souza Martins⁹ oferecem subsídios para a construção das categorias de análise relacionadas à concentração fundiária, às relações de produção e às disputas históricas pela terra.

A partir de Andrade (1986, 1992, 2002), a pesquisa observa desde o processo de invasão pelos europeus e sua ocupação do território até a contemporaneidade, e como isso contribuiu para as desigualdades que os livros didáticos devem explicar. Martins (1981) fornece subsídio para identificar se os livros didáticos tratam a reforma agrária de forma adequada, através da luta pela cidadania que ocorre no campo. Stédile (2011) oferece a perspectiva das classes subalternas e a sistematização das etapas da luta pela terra no Brasil.

Para a análise das representações históricas e dos possíveis silenciamento nos documentos normativos e livros didáticos, dialogou-se com contribuições da História Social, que compreendem o conhecimento histórico como construção social, a exemplo de Edward Palmer Thompson¹⁰. Thompson (1987) propõe que o ato de analisar as representações históricas resgata a dignidade e a validade das experiências das classes populares, não como meros figurantes vencidos pelo progresso, mas como sujeitos ativos que lutaram e deram sentido às suas próprias trajetórias diante das transformações do capital. Com isso, busca-se verificar se o material didático cumpre a função de apresentar uma história integral, que reconheça as resistências das classes subalternas frente às estruturas de poder consolidadas.

No campo do Ensino de História, a análise considerou as contribuições de Circe Maria Fernandes Bittencourt¹¹, que compreende o livro didático como instrumento pedagógico e também como produtor de discursos históricos, permitindo examiná-lo como espaço de disputa de narrativas. Para Lajolo¹², o livro didático ocupa um lugar de ambivalência no cotidiano escolar. Embora a autora defenda a autonomia docente e sintetiza o livro não apenas um suporte pedagógico, mas uma ferramenta de múltiplas funções.

Para a concretização dos objetivos propostos, este trabalho está estruturado em seis capítulos, além desta ‘Introdução’ e das ‘Referências Bibliográficas’. O primeiro capítulo,

⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão agrária**. São Paulo: Atual, 2002.

⁸ STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

⁹ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: vozes, p. 61, 1981.

¹⁰ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987 (Oficinas da História, volume 1).

¹¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Conhecimento Histórico**. São Paulo: Contexto, 2008.

¹² LAJOLO, Marisa. **O livro didático**: velho tema, revisitado. Em Aberto, Brasília, ano 6, n. 35, jul./set. 1987.

intitulado 'Afinal, o que é Questão Agrária?', refere-se a uma reconstrução histórica e teórica sobre a formação fundiária brasileira e os conflitos que permeiam o campo, além da reflexão sobre o conceito questão agrária. O segundo capítulo, 'Livros Didáticos e o Ensino Escolar', analisa a importância desses materiais no processo de ensino e aprendizagem. No terceiro capítulo, realiza-se a 'Análise Dos Livros Didáticos Acerca Da Questão Agrária', verificando como o tema é transposto para o universo escolar. Por fim, o trabalho encerra-se com as 'Considerações Finais', onde são sintetizadas as principais conclusões e reflexões da pesquisa.

2. AFINAL, O QUE É QUESTÃO AGRÁRIA?

A Questão Agrária é um tema que perpassa diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, configurando-se como um objeto de estudo complexo sob diferentes perspectivas. Para a Literatura, investigam-se as problemáticas que a concentração da propriedade de terra causa na estrutura social e no poder político. Sob a ótica da Sociologia, analisam-se as formas como se desenvolvem as relações sociais, especialmente na organização da produção agrícola. No campo da Geografia, o foco recai sobre como a sociedade se apropria da natureza e como ocorre a produção do território. Finalmente, na História, busca-se compreender a evolução das lutas de classes e as disputas políticas pelo domínio da terra.

Embora a problemática da terra retorne aos mais de quatro séculos de colonização, o debate teórico sobre a Questão Agrária no Brasil é relativamente recente. Sua sistematização debruça-se sobre uma bibliografia contemporânea que ganhou corpo principalmente a partir da década de 1960, impulsionada pela necessidade de compreender as origens e as características da posse, da propriedade e do uso da terra. Esse processo foi acelerado pelas demandas políticas e sociológicas de diversos atores e partidos políticos. Um dos marcos iniciais nesse campo foi o estudo de Roberto Simonsen¹³, contudo, a produção acadêmica e o debate público cresceu apenas na década de 1970.

Iniciando uma análise histórica acerca da ocupação do território brasileiro, essa ocupação data há aproximadamente 50 mil anos, com vestígios significativos no estado do Piauí que permitem compreender a dinâmica social dos grupos originários. Estes “viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura” (Stedile, 2021, p. 18). Tais povos domesticaram plantas como a mandioca, o amendoim e o milho, mas mantinham uma estrutura baseada no que se conceitua como comunismo primitivo: a terra, as águas e a fauna eram de posse e uso coletivo, sem a ideia de propriedade privada. José de Souza Martins (1981) declara que:

A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização do trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é (Martins, 1981, p. 159-160).

¹³ STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

De acordo com Martins, diferente dos produtos industriais, a terra constitui um elemento da natureza que não pode ser reproduzido pelo trabalho humano. Sua transformação em financeiro converteu-se em mercadoria negociável no mercado. Sob essa lógica, a terra passa a ser regida pelo sistema de preços, reflexo da renda da terra e da especulação, em vez de possuir um valor de troca, consolidando seu papel como um equivalente de capital.

Com a chegada e a subsequente invasão do território pelos portugueses, impulsionada pela nascente capitalista, foram impostas as leis e as vontades políticas da monarquia lusitana. A produção e a apropriação da terra passaram a ser regidas pelo capitalismo mercantil, que visava a transformação dos recursos em mercadoria para fins de lucro e acumulação de capital. Inicialmente, a busca recaiu sobre metais preciosos. Contudo, ao constatarem a fertilidade do solo para o cultivo de produtos tropicais valorizados na Europa, como a cana-de-açúcar, o algodão e o café, redirecionaram o foco produtivo. Estabeleceu-se, assim, o modelo agroexportador baseado no sistema de *plantation*.

Segundo Stédile, este modelo:

É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., com o emprego de mão de obra escrava (Stedile, 2011, p. 21).

Sob esse regime, a propriedade da terra permanecia juridicamente vinculada à Coroa (regime de Sesmarias), caracterizando-se não como propriedade privada mercantil, mas como uma “concessão de uso” hereditária e inalienável, o que impedia, naquele momento, que a terra em si fosse comercializada como mercadoria.

De acordo com Andrade (2002), o processo de colonização brasileira fundamentou-se no sistema de Sesmarias, com vastos lotes de terras doados pela Coroa a indivíduos que possuíam recursos financeiros e acesso à força de trabalho (de indígenas e africanos escravizados). Essa estrutura foi fundamental para a formação dos latifúndios que caracterizam a distribuição fundiária nacional. Contudo, em 1822, sob a influência política de José Bonifácio de Andrada e Silva¹⁴, o regime de sesmarias foi extinto. Iniciou-se, então, um período de transição em que o acesso à terra passou a ser regido pelo direito de posse. Na prática, esse sistema gerou uma grande insegurança, pois a maioria dos pequenos posseiros não dispunha de mecanismos políticos ou financeiros para legitimar legalmente seus lotes, favorecendo a apropriação de terras pelos grandes detentores de poder.

¹⁴ Conhecido como “Patriarca da Independência”, foi presidente da junta governativa de São Paulo e ministro de Dom Pedro II. Entre os seus discursos, se destacam a abolição gradual da escravatura e um princípio de reforma agrária.

Diante da crescente pressão da Inglaterra pela abolição do tráfico negreiro e do receio da elite agrária de que a população negra liberta pudesse ocupar autonomamente as terras, a Coroa Portuguesa promulga a primeira legislação fundiária do país: a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850¹⁵. Segundo Stédile, “esta lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava” (Stédile, 2011, p. 22). Com isso, a propriedade privada das terras é instituída formalmente no Brasil, transformando a natureza em mercadoria com preço. Embora a lei estabelecesse que qualquer cidadão¹⁶ pudesse ser proprietário, o acesso ao solo passava a ser exclusivamente via compra junto à Coroa. Essa exigência financeira tinha o objetivo de impedir que ex-escravizados e imigrantes pobres se tornassem camponeses independentes, forçando-os a permanecer como mão de obra subordinada aos latifundiários. Nas palavras do autor:

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (Stédile, 2011, p. 23).

Esse cenário de exclusão intensificou as tensões sociais, refletindo-se na ampliação dos quilombos, em revoltas rurais e no fortalecimento dos debates abolicionistas que culminaram na abolição formal em 1888. Já no século XX, sob os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929, observa-se uma nova dinâmica no campo. Surge um campesinato, formado pela migração de camponeses pobres europeus e pela população mestiça que passava a ocupar o interior do país. Contudo, ao analisar a formação desse povo, Darcy Ribeiro enfatiza que, sob a ótica da população, a adoção do modelo agroexportador e o sistema de *plantation* representaram um verdadeiro genocídio, moldando a história brasileira através do extermínio e da exploração sistemática das classes subalternas (Ribeiro apud Stédile, 2021).

¹⁵ “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalisados querendo, depois de dous annos de residencia pela forma por que o foram os da colonia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

Art. 22. O Governo fica autorizado igualmente a impor nos Regulamentos que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até tres mezes, e de multa até 200\$000” (Brasil, 1850).

¹⁶ Neste momento, cidadãos são apenas homens, maiores de 21 anos. Mulheres, homens não livres, analfabetos e crianças não eram considerados cidadãos.

A década de 1930 foi um período caracterizado por uma profunda crise política e institucional que afetou a elite agrária tradicional, pois resultou na subordinação econômica e política da agricultura às necessidades da industrialização urbana. Essa nova configuração econômica alterou a dinâmica do campo com o surgimento de indústrias voltadas à produção de insumos agrícolas, tais como ferramentas, maquinários, adubos químicos e agrotóxicos (Stedile, 2011, p. 29). Paralelamente, consolidou-se a agroindústria, mediante a implantação de complexos de beneficiamento de produtos agrícolas no próprio território nacional. Assim, ao chegar na década de 1960, o cenário agrário brasileiro já apresentava uma agricultura modernizada e de caráter capitalista, na qual os camponês encontrava-se subordinado aos interesses do capital, apesar do ápice na luta crescente dos trabalhadores.

Para Andrade (2002), a Questão Agrária constitui um dos problemas estruturais do Brasil, e essa trajetória é marcada pelo confronto direto entre colonizador e colonizado, materializando-se em episódios de resistência como a luta dos quilombos e as revoltas populares de Canudos, Contestado e Caldeirão. Destaca-se ainda a insatisfação com a estrutura fundiária e política, que alimentou movimentos como a Cabanada, a Balaiada e as revoltas dos Marimbondos, do Ronco da Abelha e do Quebra-Quilos (Andrade, 2002, p. 115).

No século XX, essa atuação camponesa evoluiu para formas de organização política mais estruturadas, tendo como marco as Ligas Camponesas, iniciadas em 1947 e continuada em 1952 no Engenho Galiléia, em Pernambuco. Esse processo de pressão popular culminou em conquistas legislativas importantes, como a aprovação da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963¹⁷, o Estatuto do Trabalhador Rural (Andrade, 2002, p. 116). Proposta por Fernando Ferrari, essa legislação foi um divisor de águas ao estender os direitos trabalhistas ao campo, tentando equiparar a dignidade do trabalhador rural à do urbano. Entretanto, foi revogada pela Lei nº 5.889, de 1973.

¹⁷ Art. 1º – Reger-se-ão por esta Lei, as relações do trabalho rural, sendo, nulos de pleno direito os atos que visarem a limitação ou a renúncia dos benefícios aqui expressamente referidos

Art. 2º – Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro.

Art. 3º – Considera-se empregador rural, para os efeitos desta lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural, em caráter temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos.

Parágrafo único. Não haverá, distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 6º Desde que o contrato de trabalho rural provisório, avulso ou volante ultrapasse um ano, incluídas as prorrogações, será o trabalhador considerado, permanente, para todos os efeitos desta lei.

Art. 7º Considera-se de serviço efetivo o período em que o trabalhador rural esteja a disposição do empregador, aguardando ou executando ordens salvo disposição especial expressamente consignada” (Brasil, 1963).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, havia a expectativa de que as imposições autoritárias herdadas dos períodos anteriores fossem definitivamente superadas. No entanto, o cenário foi marcado por intensas disputas: de um lado, os movimentos sociais buscavam a democratização do acesso à terra; de outro, a União Democrática Ruralista (UDR) e os grandes proprietários rurais articulavam-se para frear as conquistas dos trabalhadores. Essa tensão refletiu-se diretamente no texto constitucional. No artigo 184¹⁸, os setores conservadores conseguiram impor entraves que dificultaram a execução de uma reforma agrária ampla. Contudo, avanços foram registrados no artigo 185¹⁹, que garantiu direitos mínimos aos pequenos e médios agricultores ao tornar suas propriedades incapaz de desapropriação para fins de reforma agrária.

Um dos pontos centrais da Constituição de 1988 é o artigo 186²⁰, que define o cumprimento da função social da propriedade. Para ser considerada produtiva e socialmente justa, a terra deve atender simultaneamente a critérios como o aproveitamento racional, a utilização adequada dos recursos naturais com preservação do meio ambiente, o respeito às leis trabalhistas e a promoção do bem-estar de proprietários e trabalhadores. Complementando essa estrutura, o artigo 187²¹ estabelece as diretrizes para uma política

¹⁸ “Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária” (Brasil, 1988)

¹⁹ “Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social (Brasil, 1988).

²⁰ Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988).

²¹ Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

agrícola planejada, prevendo investimentos, preços compatíveis, incentivo à pesquisa, assistência técnica, seguro agrícola, cooperativismo e infraestrutura rural, como habitação e eletrificação. Além disso, o artigo 188²² regula o controle e a destinação de terras públicas e devolutas, permitindo títulos de domínio ou de concessão de uso aos beneficiários da reforma agrária.

Diante da histórica concentração fundiária e da crescente demanda por justiça social no campo, consolidaram-se importantes organizações de trabalhadores que deram voz à luta pela terra no Brasil. Entre essas entidades, destacam-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Embora possuam origens e estratégias de atuação distintas, com a CONTAG historicamente ligada à estrutura sindical e o MST focado na ocupação e na mobilização direta, ambas concordam no enfrentamento ao latifúndio e na exigência do cumprimento da função social da propriedade. Nesse cenário, o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi decisivo. Vinculada à Igreja Católica, a Pastoral ofereceu apoio jurídico, político e espiritual aos trabalhadores, ajudando a nacionalizar a pauta da reforma agrária. Essas organizações tornaram-se entidades de influência nacional que, apesar de suas limitações, se unem nas denúncias sobre as desigualdades estruturais no campo brasileiro, forçando o Estado a manter a reforma agrária na agenda pública, mesmo diante das resistências das elites.

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural (Brasil, 1988).

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária (Brasil, 1988).

²² Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária (Brasil, 1988).

3. LIVROS DIDÁTICOS E O ENSINO ESCOLAR

Os livros didáticos são recursos de uso obrigatório nas escolas, tendo o Governo Federal lançado no ano de 1985 o Programa Nacional de Livros Didáticos e do Material Didático (PNLD), com objetivo fornecer materiais didáticos, literários e pedagógicos de forma gratuita para as redes públicas de ensino. O PNLD é responsável também por avaliar periodicamente os livros didáticos, que periodicamente são atualizados. Por mais que utiliza-se diversos recursos modernos, como tecnologia e metodologias ativas, o livro didático ainda se mantém como o material mais utilizado em sala de aula.

Para alguns docentes, “o livro didático é considerado como um obstáculo ao aprendizado, instrumento de trabalho a ser descartado em sala de aula” (Bittencourt, 2008, p. 2). Em concordância, Lajolo (1987) narra que não há decreto ou supervisão que obrigue um professor a usar um livro ou material com o qual não esteja à vontade. No entanto, é preciso reconhecer o seu uso prático para a maioria dos professores no dia a dia, pois além de servir como suporte pedagógico, é um fator de peso para diferentes fatores: para os pais, que em escolas particulares, investem na compra do material; para a escola, que o usa para supervisionar os assuntos ministrados; para os estudantes, como fonte de resumos e exercícios; e para os docentes, como um guia para o planejamento escolar.

Para Lajolo (1987), a escolha do livro didático deve ser um ato profissional e não um processo feito “em cima da hora”. O Estado tem o dever de garantir que o professor acesse todas as obras disponíveis e tenha tempo, dentro de sua jornada de trabalho, para analisá-las coletivamente. Além disso, o governo deve mediar o envio desses materiais, impedindo que o poder econômico das grandes editoras atropela as menores e influencie a decisão pedagógica. Para além disso, precisa enviar o Guia do Livro Didático, elaborado pelos avaliadores do PNLD para auxiliar na escolha (Xavier; Toledo; Cardoso, 2020, p. 193).

Todavia, é necessário pontuar que, na prática, grande parte dos docentes não são os responsáveis diretos pela escolha dos livros. Nas escolas privadas, por exemplo, a decisão costuma ser institucional, uma vez que a maioria dessas unidades possui parcerias comerciais fechadas com editoras ou sistemas de ensino. Já no contexto das escolas públicas, embora exista o processo de escolha, o livro didático tem um ciclo conforme o edital²³ de duração de aproximadamente quatro anos pelo Decreto n.º 9.099/2017²⁴, podendo ser prorrogado por até

²³ “§ 1º Os ciclos de atendimento e a vigência relativos aos processos a que se refere o caput serão definidos em edital (Brasil, 2017).

²⁴ “§ 3º Durante o ciclo de atendimento, os materiais didáticos serão entregues para uso no decorrer do período letivo:

I - a título de cessão definitiva, no caso de material consumível; ou

seis anos. Isso faz com que muitos professores, ao ingressarem em uma unidade escolar ou mudarem de turma, precisem trabalhar com o material que já está disponível, limitando sua participação efetiva na seleção do conteúdo.

Segundo Bittencourt (2008), o ambiente escolar serve como espaço de disputa, onde a dominação e os conflitos convivem diariamente com alunos e professores. A escola funciona como um local de produção de conhecimento, criando métodos para traduzir o conteúdo científico em algo que os estudantes consigam compreender. Contudo, a escolha desses conteúdos, seja pelo critério científico ou pelo rigor acadêmico, termina sendo “determinada pelo poder construído ou pelas instituições próximas a ele” (Bittencourt, 2008, p. 7).

Os primeiros livros com finalidade didática surgiram no Brasil com a chegada dos jesuítas, que utilizaram o material para catequização e alfabetização. Já as primeiras escolas públicas surgiram entre 1820 e 1910, instituídas pelo Estado Nacional, com a efetivação da sua produção ocorrendo entre as décadas de 1860 e 1880, a partir da implementação do ensino primário. Com o início da República, segundo Copatti (2020), os primeiros livros didáticos começaram a ser produzidos, servindo tanto como fonte de renda para as editoras quanto para a construção de um projeto ideológico de essencial importância para as escolas. Para a autora:

Posteriormente, a vinda da família real e o gradativo aumento do número de escolas impulsionou a produção literária didática, culminando, em meados do século XX, com a expansão da produção de livros e a criação de uma política nacional para o livro didático brasileiro, iniciada em 1929, quando da criação do Instituto Nacional do Livro (INL), para legislar sobre políticas públicas do livro didático (Copatti, 2020, p. 65).

Nesse contexto, Bittencourt (2008) afirma que a construção desses materiais não é neutra, pois “a origem do livro didático está vinculada ao poder instituído” (Bittencourt, 2008, p. 16). Isso significa que a produção e a propagação dos livros didáticos sofrem interferências diretas dos grupos dominantes. No século XIX, por exemplo, o Estado e a Igreja foram as instituições que protagonizaram a criação dos projetos educacionais. Ambas

II - a título de cessão temporária, no caso de material reutilizável.

§ 4º A cessão temporária a que se refere o inciso II do § 3º gera a obrigação da conservação e da devolução à escola, ao final de cada ano letivo, dos materiais reutilizáveis, conforme disposto em edital.

§ 5º Decorrido o ciclo de atendimento, os materiais reutilizáveis passarão a integrar, definitivamente, o patrimônio das escolas e o seu descarte será responsabilidade da rede para a qual foram disponibilizados, de acordo com a respectiva legislação.

§ 6º Ao final de cada ano letivo, a guarda definitiva dos materiais consumíveis caberá aos estudantes e aos professores beneficiados.

§ 7º As escolas informarão à respectiva Secretaria de Educação sobre a existência de materiais não utilizados ou excedentes e a carência de materiais, a fim de possibilitar o remanejamento entre as unidades de ensino” (Brasil, 2017).

utilizaram o espaço escolar para mediar conflitos e defender seus próprios interesses e visões de mundo a partir do cenário social da época.

Assim, os conteúdos curriculares passavam por uma rigorosa inspeção e delimitação sobre como deveriam ser abordados em sala de aula. Além dos temas obrigatórios, os livros voltados ao ensino primário tinham a finalidade de incentivar a ordem, a moral e a educação cívica. Isso ocorria porque o ensino primário era o setor da educação ao qual todos, constitucionalmente, tinham direito, sendo o espaço onde se iniciava a formação do pensamento dos cidadãos. Por muito tempo, houve grandes divergências se esse ensino básico deveria ser responsabilidade do Estado, da família ou da Igreja. Em contraste, no ensino secundário²⁵, havia uma liberdade significativamente maior nos conteúdos, pois, como aponta Bittencourt (2008, p. 32), ao docente se concedia a "liberdade de comunicar aos seus discípulos as descobertas úteis e curiosas, que o progresso não interrompido das ciências pode oferecer".

A relação entre o Estado e a produção de livros didáticos, que começou com premiações e incentivos financeiros no século XIX, evoluiu para uma grande política educacional referência para o mundo, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Como aponta Bittencourt (2008), já em 1854 a legislação previa prêmios em dinheiro e honrarias para autores que compuseram ou traduziram materiais úteis às escolas primárias. Na atualidade, esse papel de selecionar os materiais que devem entrar nas salas de aula é exercido pelo Ministério da Educação (MEC) através do PNLD²⁶.

A ligação entre esse passado e o presente reside na centralidade do Estado. No século XIX, a municipalidade se encarregava da impressão e distribuição para os membros do magistério. Hoje, o governo federal não apenas avalia a qualidade pedagógica (alinhada à BNCC), mas também garante a distribuição gratuita para todas as escolas públicas do país,

²⁵ Atualmente, corresponde ao Ensino Médio.

²⁶ "Art. 2º São objetivos do PNLD:

I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;

II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;

III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;

IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;

V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e

VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 3º São diretrizes do PNLD:

I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;

III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;

IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e

V - a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias" (Brasil, 2017).

promovendo uma “nacionalização” (Bittencourt, 2008, p. 30). Assim, o livro didático continua sendo, como era no século XIX, um instrumento onde o poder instituído define as bases do conhecimento escolar e as diretrizes da educação nacional.

Xavier, Toledo e Cardoso (2020) descrevem a transição do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), com a finalidade de ampliar ao Ensino Médio e ao materiais didáticos para além do livro didático²⁷. O programa se propõe a “avaliar e disponibilizar obras didáticas de forma gratuita às escolas públicas de Educação Básica das redes federal, estadual e municipal (Xavier; Toledo; Cardoso, 2020, p. 190 apud Romanini, 2013). O PNLD, como política pública, abrange de forma significativa sua função de democratização do acesso ao material didático. Sua eficácia, Caimi (2018) descreve:

Em seu percurso, o PNLD atravessou diversas gestões presidenciais mantendo a concepção básica de que o Estado deve dedicar atenção aos processos de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos – e, ao fazê-lo, estabelece critérios que incidem também sobre os processos de produção e editoração –, assegurando as condições para que os estudantes da educação básica recebam livros cada vez mais qualificados. (Xavier; Toledo; Cardoso, 2020, p. 191 apud Caimi, 2018, p. 23).

Desta forma, o PNLD funciona como uma ferramenta eficaz tanto no auxílio aos docentes quanto como um mecanismo para o ensino e aprendizagem dos estudantes. Além disso, a função social exercida pelo PNLD e pelo Ministério da Educação (MEC), ao distribuírem livros didáticos de forma gratuita para as escolas públicas de todo o país, favorece a realização de aulas mais sistemáticas e com conteúdos delimitados em âmbito nacional. Esse processo permite uma maior equidade no ensino público brasileiro, garantindo que estudantes de diferentes regiões tenham acesso a uma base comum de conhecimentos.

A compreensão dos rumos da educação básica nacional exige uma análise sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define a sequência pedagógica do país. Instituída com o propósito de regulamentar as aprendizagens essenciais que todos os estudantes têm o direito de desenvolver ao longo da escolaridade, a BNCC atua como um mecanismo de equidade do sistema de ensino. O documento estabelece um patamar comum que visa diminuir as assimetrias existentes entre as redes pública e privada, bem como entre as diferentes regiões do território brasileiro.

²⁷ “§ 1º O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos (Brasil, 2017).

A fim de mapear a inserção da temática nos currículos escolares contemporâneos, procedeu-se uma análise do texto da BNCC, com a finalidade de identificar em quais competências, habilidades e eixos temáticos é indicada a abordagem da questão agrária no Ensino Médio. Sob essa perspectiva documental, buscou-se rastrear as diretrizes que orientam os livros didáticos a trabalharem a dinâmica da terra, constatando-se que o documento normativo dilui o debate fundiário ao longo da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Algumas habilidades em destaque:

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas

(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

Embora tenha sido criada para unificar os direitos de aprendizagem no país, a BNCC gera profundos debates sobre os limites de sua proposta formativa. Ao centralizar o processo de ensino e aprendizagem em um conjunto de competências e habilidades, o documento acaba impondo uma padronização que engessa a prática pedagógica e restringe a autonomia do professor. Essa lógica prescritiva deixa pouco espaço para a inclusão de realidades regionais e inviabiliza debates mais amplos sobre temas historicamente complexos. No caso do Ensino de História, essa rigidez dificulta a abordagem de dinâmicas locais indispensáveis para a formação cidadã, como as particularidades das lutas fundiárias e dos conflitos de terra em cada local, reduzindo temas socialmente vivos e desvinculados da realidade dos estudantes.

4. ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Para a investigação das representações históricas e dos possíveis silenciamentos nas obras selecionadas, adotou-se a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). Essa metodologia organiza-se em três fases cronológicas fundamentais: a pré-análise, que engloba a leitura flutuante e a constituição do *corpus* documental; a exploração do material por meio da categorização; e, por fim, o tratamento dos resultados através da interpretação crítica. A estrutura desta pesquisa é constituída por duas propostas editoriais distintas, cuja seleção viabiliza uma análise comparativa e estabelece um paralelo entre os recursos didáticos mobilizados nas redes pública e privada de ensino.

A primeira obra analisada, representante da rede privada, é “História por Toda Parte” (2024), publicada pela editora FTD (Imagem 1), fruto do último PNLD. Alinhada às diretrizes contemporâneas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Reforma do Ensino Médio de 2017, a obra estrutura-se em um volume único projetado para acompanhar o estudante ao longo de todo o Ensino Médio, do primeiro ao terceiro ano. Essa configuração compacta exige da análise um olhar atento sobre o poder de síntese e de seleção de conteúdos da editora, avaliando se a redução do espaço físico do livro resultou em um esvaziamento do debate sobre temas complexos, como os conflitos no campo.

Imagem 1: Capa do livro didático História por Toda Parte



Fonte: Livro didático História por Toda Parte, Editora FTD (2024).

Em contrapartida, a segunda obra, utilizada na rede pública, é "Contato História" (2016), publicada pela Quinteto Editorial (Imagem 2). Produzido em um contexto anterior à consolidação da atual BNCC e distribuído por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o material organiza-se no formato tradicional de coleção por ano letivo, disponibilizando um livro específico para cada série. Sob a metodologia de Bardin, essa estrutura permite analisar a distribuição cronológica e a profundidade dada à história agrária ao longo dos três anos de formação do estudante.

Imagem 2: Capas dos livros didáticos Contato História



Fonte: Coleção de livros didáticos Contato História, Quinteto Editorial (2016). Autor: Sou Exatas +.

Assim, o paralelo estabelecido entre essas duas realidades editoriais ultrapassa a mera comparação de conteúdos. A intenção é mapear de que forma o mercado educacional privado e as diretrizes estatais do ensino público condicionam as representações do campesinato, do latifúndio e dos movimentos sociais rurais, funcionando como indicadores para compreender o nível de equidade cognitiva oferecido aos discentes em diferentes contextos socioeconômicos de Pernambuco.

4.1. FICHA TÉCNICA E ANÁLISE DO SUMÁRIO: HISTÓRIA POR TODA PARTE

Para dar início à análise comparativa, este subcapítulo debruça-se sobre a obra História por Toda Parte (2024), publicada pela Editora FTD e adotada na instituição da rede privada de ensino. Trata-se de um material que institucionaliza as profundas transformações educacionais impulsionadas pela Reforma do Ensino Médio de 2017 e pela consolidação da

BNCC. Estruturado em formato de volume único para todo o ciclo do Ensino Médio, o livro reflete uma lógica mercadológica e pedagógica baseada na integração por áreas do conhecimento, no caso, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Torna-se imprescindível investigar como essa nova demanda editorial, que preza pela necessidade de síntese, acomoda ou negligencia temas historicamente conflituosos, como a questão agrária brasileira.

Sob a direção-geral de Ricardo Tavares de Oliveira e direção de conteúdo e negócios de Cayube Galas. Elaborado em formato de volume único para atender a todo o ciclo do Ensino Médio (do 1º ao 3º ano), o livro é de autoria da historiadora Gislane Campos Azevedo Seriacopi e do letrólogo Reinaldo Seriacopi. Diante deste cenário de síntese editorial, a investigação debruça-se sobre a organização interna da obra para avaliar como os autores geriram a distribuição dos conteúdos programáticos.

A fase de pré-análise do sumário e a posterior análise completa da obra História por toda parte (2024), embasada pela metodologia de Laurence Bardin, permitiu inventariar e selecionar os conteúdos que tangenciam direta ou indiretamente a questão agrária. Essa filtragem inicial é fundamental para compreender a arquitetura do livro e o espaço real concedido às temáticas da questão agrária.

A investigação inicia-se na apresentação do sumário do Capítulo 4, com o tema "Os indígenas ontem e hoje", por meio dos subtópicos "O povoamento da América", "Os povos indígenas e a chegada dos europeus" e "Violência e luta por direitos". Diante disso, será analisado como o livro aborda o choque entre as visões de mundo sobre a terra: a indígena, baseada na coletividade e na subsistência, e a europeia, pautada na mercadoria e no latifúndio, estendendo-se até as lutas atuais pela demarcação de terras indígenas.

De maneira semelhante, a descrição do Capítulo 5, "Africanos e afrodescendentes na base da sociedade brasileira", e seu subtópico "A mão de obra escravizada sustenta a economia brasileira", articulam-se com a história agrária ao expor as relações de produção que viabilizaram a *plantation* açucareira e cafeeira, demonstrando que a riqueza agrícola nacional foi edificada sobre a violência do trabalho compulsório na grande propriedade.

A abordagem direta e crítica da estrutura fundiária consolida-se no Capítulo 6, "Da Colônia ao presente: uma história de exclusões sociais", nos subtópicos "Revoltas e resistências" e "Concentração fundiária no Brasil". Este ponto do sumário é crucial para a pesquisa, pois desloca o latifúndio da condição de mero cenário econômico e o posiciona como o gerador das desigualdades sociais presentes do país, permitindo avaliar se a narrativa estabelece conexões entre o passado colonial e a permanência da desigualdade rural contemporânea.

O Capítulo 9, cujo título descreve "O Império e a luta pela terra", reúne os subtópicos "Origem da concentração de terras no Brasil", "A luta pela terra no começo da República", "O poder dos coronéis", "A função social da terra", "Reforma agrária", "Movimentos sociais no campo", "Conflitos no campo", "Os quilombolas e a terra" e "Terras indígenas". Trata-se da seção mais densa do livro didático, onde as categorias de Manuel Correia de Andrade e João Pedro Stédile tornam-se parâmetro se o livro didático valida as lutas do campo ou se silencia o caráter violento dos conflitos.

Por fim, a dimensão demográfica e espacial da questão agrária é identificada no Capítulo 10, "Movimentos populacionais no Brasil no passado e no presente", através dos subtópicos "O choque entre indígenas e portugueses", "A corrida do ouro" e "êxodo rural". A inclusão do fenômeno do êxodo rural é indispensável para a análise, visto que a migração em massa do campo para as periferias urbanas não é um evento natural, mas sim o resultado direto da mecanização excludente do agronegócio e da impossibilidade de acesso à terra pelo pequeno agricultor, operando como o desfecho geográfico da concentração fundiária exaustivamente debatida ao longo da obra.

É preciso destacar que os demais capítulos que compõem o livro não incluíram mais nenhuma menção, direta ou indireta, à questão agrária, aos conflitos no campo ou à estrutura fundiária. Assuntos de extrema relevância histórica e contemporânea, como a industrialização do país, os regimes ditatoriais latino-americanos, a Guerra Fria e a globalização, foram abordados sem estabelecer qualquer linha de conexão com o espaço rural ou com a produção agrícola, ao menos no sumário.

4.1.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO: HISTÓRIA POR TODA PARTE

A análise sistemática inicia-se no capítulo quatro, intitulado "Os indígenas ontem e hoje", que inicia sua narrativa a partir do povoamento da América e dos principais sítios arqueológicos brasileiros, sem traçar relações com a questão agrária. No sub-capítulo "Os povos indígenas e a chegada dos europeus", observa-se que a narrativa didática busca desconstruir a lógica mercantilista da terra ao apresentar a perspectiva indígena de subsistência e coletividade. O texto enfatiza que o trabalho e a produção nessas sociedades ocorrem "sem objetivo de lucro ou acumulação de bens". Essa caracterização do uso comum e rotativo da terra é fundamental para que o estudante compreenda, sob o aporte da História

Social, que a noção de propriedade privada não é universal, mas sim uma construção histórica que tende a criminalizar e expropriar as formas tradicionais de existência e manejo do solo.

A terra, entre os povos indígenas, é de uso coletivo, ou seja, é partilhada por toda a comunidade. Os membros de uma aldeia fazem os seus roçados e, após a colheita, outros membros podem fazer as suas plantações no mesmo local, por exemplo. (Seriacopi; Seriacopi, 2024, p. 76)

Ainda no Capítulo 4, a seção intitulada "Violência e luta por direitos" expande a dimensão do conflito agrário ao longo da história brasileira, apresentando a expropriação das terras originárias como um processo contínuo de longa duração. Ao cruzar o período colonial, a República oligárquica e a Ditadura Civil-militar (1964-1985), a narrativa didática rompe com a visão pacificada do desenvolvimento econômico nacional, denunciando os mecanismos estatais e privados que institucionalizaram a violência no campo. Alguns exemplos são trazidos pelo texto, como a contratação de "bugreiros" por grandes proprietários de terras no início do século XX e o massacre de 8,3 mil indígenas durante a Ditadura Civil-militar por conta da abertura de rodovias. Além disso, o Marco Temporal de 2023 é descrito no livro didático como lei que garante o direito às terras que conquistaram até a Constituição de 1988.

O fechamento do quarto capítulo ocorre na seção "O Legado indígena", na qual o texto sintetiza as principais contribuições dos povos originários para a formação da sociedade brasileira, tangenciando a sua relação histórica com a terra e a agricultura. A obra destaca que o cultivo da mandioca, do milho, da batata-doce, do tomate e do feijão, além do aproveitamento da borracha, do babaçu e do algodão, constituíram a base da alimentação e da subsistência ao longo dos séculos. O livro didático atribui a eficiência desse sistema produtivo à "terra preta", um tipo de solo extremamente fértil gerado por meio de técnicas milenares desenvolvidas pelas próprias comunidades nativas.

Contudo, observa-se que a abordagem desta dimensão agrária carece de densidade, operando por meio de uma redução que esvazia o debate contemporâneo. Ao delimitar os conhecimentos agrícolas indígenas à categoria de "legado" ou "contribuição", a narrativa corre o risco de folclorizar esses saberes, tratando-os como heranças de um passado distante. Assim, embora o livro da Editora FTD acerte ao reconhecer a técnica dos povos originários na transformação do solo, a superficialidade com que encerra desvincula a luta pela sobrevivência física e cultural dessas populações.

No quinto capítulo da obra, intitulado "Africanos e afrodescendentes na base da sociedade brasileira", a narrativa didática estrutura-se a partir da diáspora africana, e em seguida, pontua a exploração da mão de obra escravizada no Brasil. Conforme aponta o livro

didático, esses sujeitos foram a base do desenvolvimento agrário do país, submetidos ao trabalho forçado e a exportação na produção do açúcar, café, algodão e fumo, além de atuarem na pecuária, na economia mineradora e nos serviços urbanos. Ao abordar a questão agrária, o livro da Editora FTD evita reduzir as populações escravizadas à condição de força de trabalho bruta. Pelo contrário, destaca que os africanos e seus descendentes eram detentores de complexos saberes agrícolas tradicionais, como o domínio da rotação de culturas e a identificação de áreas cultiváveis. Contudo, ao estender a cronologia da população negra até a contemporaneidade, a obra culmina em um silenciamento, deixando de relacionar esses sujeitos à disputa pelo solo no Brasil pós-abolição. O texto encerra as discussões sobre o tema sem voltar a tratar da terra, negligenciando debates fundamentais como o processo de exclusão territorial.

No sexto capítulo da obra, intitulado "Da Colônia ao presente: uma história de exclusões sociais", a narrativa retoma a centralidade da exploração do trabalho nos ciclos do açúcar, da mineração e do café para justificar a formação de uma estrutura social brasileira historicamente desigual e hierarquizada. Ao esquadrinhar a sociedade colonial e imperial, os autores apontam que as populações escravizadas constituíam a base populacional e econômica do país, enquanto o topo era ocupado pelos chamados "homens bons", definidos textualmente como os "proprietários de terra, senhores de escravos, eclesiásticos, ourives, médicos, entre outros" (Seriacopi; Seriacopi, 2024, p. 115). Entre esses dois grupos, a camada pobre e vulnerável era composta por pequenos comerciantes, artesãos urbanos e pequenos produtores agrícolas. Isso evidencia que desde as origens da formação territorial o prestígio político e a hegemonia social estiveram vinculados ao monopólio da propriedade da terra e ao controle do trabalho compulsório.

Ao avançar para a seção "Revoltas e resistências", no mesmo capítulo, a obra descreve movimentos de contestação à ordem estabelecida, mencionando as fugas e a organização de comunidades, a exemplo do Quilombo dos Palmares e da revolta de indígenas no Engenho Santana. Contudo, identifica-se uma simplificação textual nesses trechos, pois carecem de contextualização mais profunda que explique as dinâmicas do cotidiano rural que impulsionaram essas rupturas. Esse padrão de superficialidade repete-se na abordagem de episódios como a Inconfidência Mineira, que é apresentada sem a devida demarcação cronológica, a Conjuração Baiana de 1798 e, mais adiante, na seção "Lutas contra as desigualdades e repressão", onde movimentos complexos como a Cabanagem e a Revolta dos Malês são reduzidas a menos de um parágrafo cada. Ao silenciar sobre as motivações

profundas dessas revoltas, o livro se alinha com uma concepção fragmentada dos conflitos sociais.

Esse cenário de exclusão política e econômica ganha contornos na seção "As eleições no Brasil imperial", no qual se reconhece a continuidade do caráter escravista da sociedade e a manutenção da riqueza nas mãos da minoria composta por grandes comerciantes e proprietários de terra. Essa dinâmica introduz o subcapítulo "Concentração fundiária no Brasil", que localiza explicitamente a desigualdade na zona rural como um problema social estrutural e de longa duração. Neste subcapítulo, o livro didático aponta que o controle dos grandes latifúndios pelas elites rurais vinha desde o período colonial e que o cenário agravou no Império com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que de acordo com a obra, será tratado no Capítulo 9. Esse deslocamento discursivo fragmenta a compreensão imediata do aluno sobre o nexos causal entre a lei imperial e a miséria rural contemporânea.

Por fim, o capítulo encerra-se trazendo a temática para o tempo presente ao registrar as ações dos movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária, destacando a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Para além do registro histórico, a obra atualiza a gravidade da questão agrária ao expor os índices de violência no campo. Utilizando-se dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o livro didático denuncia que o ambiente rural brasileiro permanece sob forte tensão, destacando que no ano de 2023 foram contabilizados 2.203 conflitos em zonas rurais. A inclusão desses indicadores recentes permite ao estudante comparar a imagem idealizada do espaço agrário produtivo e pacífico veiculada pelas mídias com a realidade de violência e disputa de classes que ainda rege a posse da terra no Brasil.

Imagem 3: Página do livro didáticos de História do Ensino Médio: História por Toda Parte que trata da concentração fundiária o

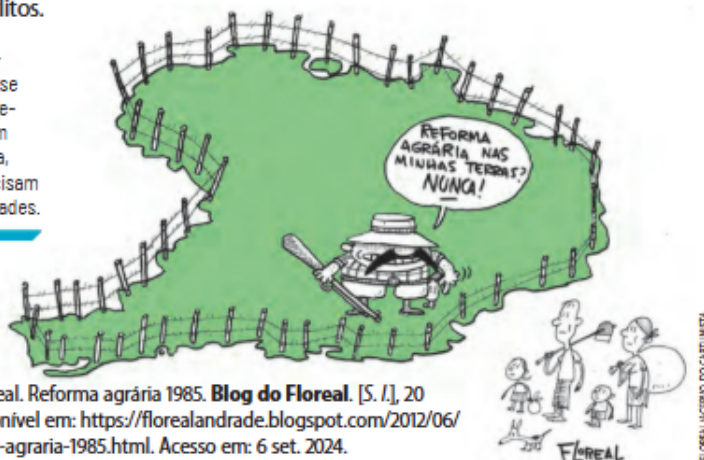
» Concentração fundiária no Brasil

Outro problema social histórico no Brasil é a desigualdade na zona rural. No período colonial, uma pequena parcela da sociedade controlava grandes latifúndios. A situação agravou-se no Império, com a aprovação da **L Lei de Terras**, em 1850, conforme estudaremos no capítulo 9. Ao longo do século XX, a desigualdade no campo se manteve. Isso motivou a organização de movimentos sociais que lutavam e lutam pela reforma agrária, ou seja, a desapropriação de grandes propriedades improdutivas visando a ocupação do campo por trabalhadores sem terra. Exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), criado em 1984. Atuando em todo o país, esse movimento social luta pela reforma agrária e por políticas sociais que reduzam as desigualdades no campo.

A concentração fundiária afeta também as comunidades tradicionais no Brasil. Povos indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, por exemplo, sofrem ameaças constantes de latifundiários que desejam controlar os territórios nos quais essas comunidades se organizam.

Outro desdobramento é o aumento da violência no campo. Em 2023, segundo o estudo **Conflitos no campo Brasil 2023**, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o país teve 2 203 conflitos em zonas rurais (o maior número desde o início do levantamento, em 1985), especialmente pela posse de terras. Nos últimos anos, muitas lideranças rurais que lutam pela reforma agrária foram assassinadas em decorrência desses conflitos.

Na charge de Floreal, a concentração de terras em posse de uma única pessoa é representada em sua relação com o autoritarismo e a violência, excluindo famílias, que precisam deixar o campo rumo às cidades.



■ ANDRADE, Floreal. Reforma agrária 1985. **Blog do Floreal**. [S. l.], 20 jun. 2022. Disponível em: <https://florealandrade.blogspot.com/2012/06/charge-reforma-agraria-1985.html>. Acesso em: 6 set. 2024.

Fonte: Representação da Concentração Fundiária no Brasil no livro da Editora FTD, 2024.

Autor: Editora FTD. Acesso em: 17 de maio de 2026.

No capítulo acerca do Iluminismo, aparece “Os desafios dos movimentos sociais no Brasil”, no qual representa os problemas enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Apesar de não ter relação direta com o capítulo, o texto se encaixa na luta por direitos, por moradia e pela terra.

Imagem 4: Página do livro didáticos de História do Ensino Médio: História por Toda Parte que trata sobre os desafios dos movimentos sociais no Brasil

>> Os desafios dos movimentos sociais no Brasil

O movimento indígena também alcançou importantes vitórias nas últimas décadas. Tanto no Brasil como em outros países, muitos grupos conseguiram obter a demarcação de suas terras. Além disso, ampliaram sua participação na política, inclusive assumindo cargos governamentais.

No Brasil, há dois importantes movimentos sociais que lutam, respectivamente, por moradia e terra: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Enquanto o primeiro reivindica o direito à moradia para famílias em situação de vulnerabilidade, o segundo reclama a concessão de terras públicas e improdutivas a agricultores que não possuem condições de adquirir propriedades. Ambos buscam implementar dispositivos da Constituição Federal de 1988, que incluem o direito à moradia (artigo 6º) e uma política de reforma agrária (artigos 184 a 191).

Os movimentos sociais foram responsáveis por uma série de conquistas, o que não significa que tenham resolvido todos os problemas. Atualmente, pessoas negras de diversas partes do Brasil ainda vivem em situação socioeconômica pior que a de pessoas brancas, de modo geral, e são as principais vítimas de ações policiais que resultam em morte e prisão de inocentes.

As mulheres ainda sofrem graves tipos de violência de gênero e ganham salários, em média, mais baixos que os dos homens. Muitos homossexuais, bissexuais e transgêneros são alvos de preconceitos cotidianos e de agressões. Os indígenas e pessoas em comunidades remanescentes de quilombos lutam pela defesa e posse de suas terras.

Essas **permanências históricas** podem sugerir, à primeira vista, que as lutas por direitos foram inúteis, mas o que elas nos mostram é que um futuro mais igual e com mais direitos para todos depende da constante vigilância pela manutenção das conquistas sociais obtidas no passado e da garantia de novas conquistas no presente.



Produtos da cesta básica e alimentos orgânicos doados por famílias produtoras que vivem em assentamentos rurais do MST. São José dos Campos (SP), 2021. A agricultura orgânica de base familiar praticada pelo MST ajuda a alimentar diversas cidades do Brasil, assim como auxilia com doações em situações de desastre e calamidade pública.

Saiba mais

TRANSMISSÃO

Direitos Humanos.

Locução de: Luísa

Luz, Raquel da Cruz

Lima e Surrailly

Youssef. [S. l.]:

Spotify, [2020].

Podcast. Disponível

em: [https://open.](https://open.spotify.com/show/57BePJR0ngaFmkhGoSRacR)

[spotify.com/show/](https://open.spotify.com/show/57BePJR0ngaFmkhGoSRacR)

[57BePJR0ngaFmkh](https://open.spotify.com/show/57BePJR0ngaFmkhGoSRacR)

[GoSRacR](https://open.spotify.com/show/57BePJR0ngaFmkhGoSRacR). Acesso em:

7 out. 2024.

Podcast de entrevistas

com defensores dos

direitos humanos.

Aborda temas como

racismo, direitos da

mulher, justiça, entre

outros.

Representação da MTST e MST no livro da Editora FTD, 2024. Fonte: Editora FTD. Acesso em: 17 de maio de 2026.

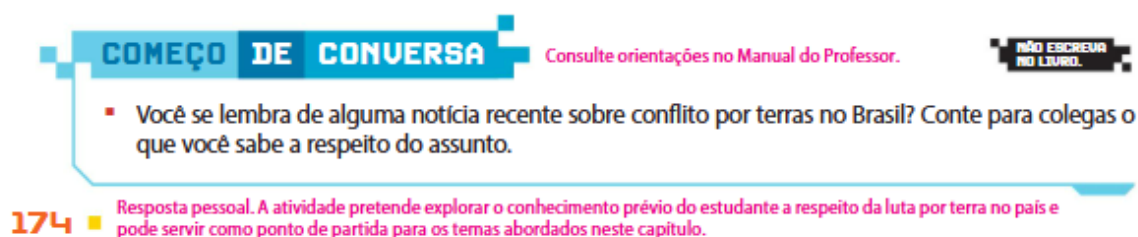
O nono capítulo da obra, cujo título "O Império e a luta pela terra" já anuncia o núcleo da história agrária, aprofunda e sistematiza as contradições do espaço rural brasileiro. A introdução do capítulo contextualiza a pintura "Pescaria", da artista indígena macuxi Carmézia Emiliano. No livro didático é vinculado a posse da terra à dimensão imaterial das comunidades indígenas, apresentando o território não como fator de produção, mas como fonte de memória, identidade, subsistência e preservação de costumes tradicionais. Contudo,

a narrativa confronta essa representação da produção artística com as problemáticas atuais. O texto denuncia que a integridade desses territórios e a reprodução física e cultural dos povos indígenas encontram-se ameaçadas devido ao avanço de fatores econômicos, materializados no uso de agrotóxicos, na atividade mineradora ilegal, na poluição das águas e nas dinâmicas de grilagem e apropriação.

Nesse momento inicial, verifica-se que tanto os textos quanto as atividades propostas são direcionados para a criação de um debate, localizando os conflitos de terra no centro da experiência histórica do estudante. Essas formas de induzir ao pensamento cria o reconhecimento que as disputas fundiárias e a violência no campo não são eventos superados, mas estão ativos da configuração socioespacial do Brasil contemporâneo, como na imagem abaixo.

Imagem 5: Recorte de uma página do livro página do livro didático de História do Ensino Médio:

História por Toda Parte com proposição de atividade



Atividade proposta acerca dos conflitos por terra no Brasil no livro da Editora FTD, 2024. Fonte: Editora FTD. Acesso em: 18 de maio de 2026.

No subcapítulo "Origem da concentração de terras no Brasil", a obra adentra na dimensão estrutural do latifúndio por meio de um aporte estatístico que evidencia a persistência das desigualdades fundiárias, demonstrando que as maiores extensões de áreas agrícolas do país permanecem sob o domínio de restritos grupos oligárquicos. A narrativa localiza a origem desse fenômeno nas raízes da colonização, estabelecendo uma conexão entre a configuração agrária contemporânea e os estatutos jurídicos e produtivos do passado, especificamente o sistema de capitânicas hereditárias, o regime das sesmarias e a consolidação da *plantation* agroexportadora.

Essa historicidade ganha forma quando o texto esquadrinha a extensão do poder político e territorial exercido pelos sesmeiros. Para ilustrar a grande propriedade colonial, a obra menciona figuras importantes para o período, como Antônio Guedes de Brito, Antônio José Gonçalves Chaves e a família Garcia d'Ávila. A inserção desses agentes históricos serve

como indicador de um esforço editorial em personificar o poder, permitindo compreender que a concentração da terra no Brasil não foi um processo abstrato, mas o resultado da acumulação familiar.

O livro didático se aprofunda na transição do Império ao tematizar a relação entre a Lei de Terras de 1850 e a exclusão agrária. O texto reconstrói o cenário de transição marcado pelo fim do sistema de sesmarias e pela imposição da compra em dinheiro como a única via legal de acesso ao solo, demonstrando que a legislação de 1850 foi estrategicamente gestada nos bastidores da alta sociedade e do parlamento imperial. Ao encerrar essa discussão com uma proposta de atividade reflexiva, o livro didático estimula o discente a exercitar a crítica, conectando as barreiras jurídicas do século XIX com a marginalização da estrutura fundiária nacional.

Imagem 6: A Lei de Terras e a exclusão agrária no livro didático da FTD

» A Lei de Terras e a exclusão agrária

capítulo

Em 1822, o então príncipe regente D. Pedro de Alcântara (1798-1834), futuro D. Pedro I, extinguiu o sistema das sesmarias. De 1822 até 1850, quando foi aprovada a lei para regulamentar o acesso à terra, posseiros usaram seu poder pessoal para se apropriar de forma ilegal de grandes extensões territoriais.

As discussões sobre como deveria ser o acesso às terras e quem deveria ter prioridade no seu recebimento motivaram grandes debates na alta sociedade e na política brasileira em meados do século XIX. Na época, discutia-se o fim da escravidão no Brasil, bem como a vinda de imigrantes europeus, e, por isso, muitos políticos desejavam impedir, por meio de leis, o acesso dos grupos sociais pobres às terras.

Em 1850, o senador Visconde de Abrantes (1794-1865) argumentou que o preço das terras deveria ser elevado. Leia, a seguir, o trecho de um pronunciamento do senador.

[...] dar valor às terras para pôr a aquisição delas somente ao alcance daqueles que, além de terem braços para o trabalho, tenham também capitais suficientes, não só para pagar o valor das terras, como para pagar salários a trabalhadores que as aproveitem; e, a contrario sensu, pôr as terras fora do alcance daqueles que só tenham braços para trabalhar, ou dos chamados proletários [...]. O segundo fim vem a ser: formar-se com o produto da renda das terras um fundo suficiente para pagar a despesa da importação de braços livres que só se possam empregar na cultura das terras [...].

ABRANTES, Miguel Calmon du Pin e Almeida [visconde de]. (Discurso proferido em sessão do Senado Federal em 7 de agosto de 1850). In: BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Anais. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1978. t. 1, p. 16. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Império/1850/1850%20Livro%2000ok.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

A Lei de Terras foi aprovada em 1850, duas semanas depois da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravizados para o Brasil. Com as novas leis, todas as terras não exploradas passaram a pertencer ao Estado e só poderiam ser adquiridas por meio de compra ou doação, o que deveria financiar a entrada de imigrantes para compensar a redução da entrada de africanos escravizados.

A Lei de Terras estabeleceu dimensões mínimas para os lotes comercializados, proibiu a venda a prazo e determinou que os imigrantes só poderiam adquirir terras após dois anos de residência no Brasil. A medida dificultou o acesso dos pobres à terra e favoreceu os latifundiários, que podiam comprar diretamente do governo.

Isso impediu a formação de uma camada social de pequenos proprietários dedicados à agricultura familiar e, por favorecer os grandes latifundiários, contribuiu de maneira significativa para a manutenção da política fundiária vigente à época.



Produção de hortaliças pela agricultura familiar. Porto Seguro (BA), 2024.

MEUS ARGUMENTOS

Consulte orientações no Manual do Professor.

ANÁLISE DE DISCURSO

- Imagine que você é senador do Brasil em 1850 e deseja fazer um discurso na tribuna refutando as ideias do senador Visconde de Abrantes. Que argumentos você usaria?

Resposta pessoal. A atividade procura desenvolver a capacidade de análise de discurso e de elaboração de argumentos.

Explicação sobre a Lei de Terras e atividade proposta no livro da Editora FTD, 2024. Fonte: Editora FTD. Acesso em: 18 de maio de 2026.

No subtópico subsequente, intitulado "A luta pela terra no começo da República", a obra passa a descrever as disputas sociais pelo acesso à terra e a permanência da violência nas fronteiras agrícolas do início do século XX. Contudo, constata-se que movimentos de profunda relevância para a história agrária e social brasileira, como a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado, recebem um tratamento superficial. O livro didático limita-se a uma exposição de caráter restritivo, restringindo-se a fornecer coordenadas espaciais, demográficas e cronológicas sobre as revoltas. Em contrapartida, a associação entre o monopólio fundiário e o poder político local ganha formas mais nítidas na seção dedicada ao "Poder dos Coronéis". Nesse trecho, o livro estabelece com propriedade a conexão entre a propriedade de terra e o coronelismo, permitindo uma política clientelista, baseada na troca de favores e no controle da subsistência dos trabalhadores. A análise textual, juntamente com as atividades do livro didático (imagem 7), evidenciam que esse poder extrapola as dimensões econômica e espacial, convertendo-se em um mecanismo de dominação social e eleitoral por meio do voto de cabresto.

Imagem 7: Página de atividades do livro...

1. c) O autor ironiza o fato de que, ainda que o grande latifúndio seja dividido em propriedades menores, as terras ficam sempre sob a posse das mesmas famílias. Nesse sentido, o termo "todos", citado no título, significa que são todos os membros da mesma família.

1. d) A Lei de Terras impediu a formação de uma camada social de pequenos proprietários dedicados à agricultura familiar ao estabelecer que as terras devolvidas só poderiam ser adquiridas por meio de compra ou doação. Além disso, ao estabelecer dimensões mínimas para os lotes e proibir a venda a prazo, a lei dificultou o acesso dos pobres à terra, favorecendo, dessa maneira, os grandes latifundiários.

Consulte orientações no Manual do Professor.

ATIVIDADES

1. O cartum a seguir foi feito por Angeli (1956-). Analise-o e, em seguida, responda ao que se pede.

TERRA PARA TODOS

2. a) Segundo o senador, os pequenos lavradores não conseguem demarcar as terras nem trabalhar nelas pois elas estão "infestadas de gentios", ou seja, estão ocupadas pelos povos indígenas.

2. b) O senador defende a ideia de que apenas os grandes proprietários têm condições de tomar posse das terras e afastar os indígenas delas para beneficiá-las. Para ele isso seria algo positivo tanto para o proprietário da terra como para o Brasil. Mas essa perspectiva contribuiu para a existência de grandes latifúndios.

• ANGELI. [Terra para todos]. Folha de S. Paulo, São Paulo, 1 jul. 2003.

1. a) O tema central é a concentração fundiária, um aspecto marcante da sociedade brasileira.

b) Quem é a personagem presente neste cartum? O que ela representa?

c) Explique a ironia contida no título do cartum.

1. b) Trata-se de um dono de terras, herdeiro das terras de seus familiares.

d) Que relação pode ser feita entre a existência de grandes latifúndios no Brasil e a Lei de Terras?

2. Antes da promulgação da Lei de Terras, ocorreram muitos debates no Senado sobre a questão agrária. O texto a seguir é o trecho de um discurso do senador Costa Ferreira, em 1843. Leia-o com atenção e, depois, responda ao que se pede.

[...] Existem nas províncias muitas terras; umas já demarcadas, e outras que ainda não se acham demarcadas, nem são beneficiadas, porque estão infestadas de gentios [Indígenas]; na minha província acontece isto. Logo que um lavrador poderoso entre, pode beneficiá-las, e a nação lucrará. [...] A maior parte dos lavradores da minha província não lavram para o interior porque o gentio não os deixa. Nas minhas fazendas já tenho tido alguns prejuízos por esta causa em gado, escravos, etc.

Muito lucra pois a nação, em se venderem as fazendas nacionais a particulares que as cultivem. [...]

FERREIRA, Antônio Pedro da Costa [Discurso proferido em sessão do Senado Federal em 23 de março de 1843]. In: BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Anais. Anais do Senado do Império do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1978. Livro 3. Disponível em: https://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1843/1843%20Livro%203.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

a) De acordo com o senador, quais eram as dificuldades enfrentadas pelo pequeno lavrador?

b) Como o discurso sobre "beneficiar as terras" contribuiu para a perpetuação dos latifúndios?

c) Agora é sua vez: você é um representante da população indígena e irá escrever um texto de pelo menos dois parágrafos em resposta ao senador.

2. c) Produção pessoal. A atividade permite avaliar a compreensão do estudante sobre o processo de invasão das terras indígenas, uma vez que ele terá que mobilizar diversos conhecimentos para produzir o texto.

181

Fonte: Editora FTD. Atividade proposta no Brasil no livro da Editora FTD, 2024. Acesso em: 18 de maio de 2026.

Ainda no nono capítulo, a seção intitulada "A função social da terra" assume uma postura de análise ao demonstrar como o monopólio fundiário está intrinsecamente articulado com a reprodução das desigualdades sociais na contemporaneidade. Para fundamentar essa ideia e trazer atualidade ao debate, o livro didático recorre ao "Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos" (2018), publicado conjuntamente pelas fundações Heinrich Böll e Rosa Luxemburgo. O texto destaca o alarmante dado de que o Brasil ocupa a quinta posição global em desigualdade no uso e na posse da terra, superado apenas pelo Paraguai, Chile, Venezuela e Colômbia. Essa concentração é reforçada pela incorporação de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mobilizados como recurso de validação para comprovar o bloqueio ao acesso à terra. É evidenciado que os conflitos agrários entre trabalhadores

camponeses, grileiros e latifundiários são consequência da negligência em relação aos mecanismos de Reforma Agrária e a Constituição de 1988.

Esse debate ganha contornos no tópico subsequente, denominado "Reforma agrária", no qual o processo é definido para além da distribuição de terras. A obra descreve que a reforma agrária exige "além do acesso à terra, os agricultores tenham acesso à infraestrutura (energia elétrica, água, estradas, entre outras), ao crédito rural e à assistência técnica [...]" (Seriacopi; Seriacopi, 2024, p. 183). Isso é aprofundado ao analisar as atribuições e os limites de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cruzando a eficiência dos assentamentos com pesquisas baseadas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para demonstrar os impactos socioeconômicos positivos da desconcentração fundiária no Brasil. Por fim, a atividade de fixação convoca os discentes a realizarem um exercício de inferência crítica altamente complexo, correlacionando as dinâmicas de concentração de terras no espaço rural com os problemas urbanos.

No tópico dedicado aos "Movimentos sociais no campo", o livro didático inicia definindo o conceito e a dinâmica dessas organizações no ambiente rural. Como marco referencial na segunda metade do século XX, o texto destaca a atuação das Ligas Camponesas, surgidas na década de 1950 no Nordeste do Brasil, com forte protagonismo em Pernambuco, e posteriormente expandidas por todo o território nacional. A narrativa didática apresenta o movimento como uma força de resistência frente aos impactos da modernização no campo, que priorizava substituição e marginalização do trabalho braçal. Também encontra-se na lateral da página uma breve nota biográfica sobre Francisco Julião, identificando-o como uma das lideranças na articulação das Ligas.

O texto reconstrói a história de opressão sofrida pelos trabalhadores rurais durante a Ditadura Civil-militar (1964-1985), período no qual as estruturas de representação camponesa foram duramente desarticuladas pelo Estado. Essa linha é estendida até o tempo presente, vinculando as pautas contemporâneas dos movimentos sociais ao enfrentamento direto contra o modelo do agronegócio. A obra demonstra que as reivindicações atuais ultrapassam o limite clássico da redistribuição fundiária, incorporando dimensões ecológicas globais, como a diminuição dos impactos socioambientais do uso de defensivos, a defesa da alimentação, a luta por um planeta sustentável e a garantia do direito permanente à terra.

Essa tensão social é quantificada na seção subsequente, intitulada "Conflitos no campo". Nela, o livro didático expõe o índice de violência rural no Brasil contemporâneo por meio do uso dos dados oficiais da publicação "Conflitos no Campo Brasil 2023", organizada

pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O livro didático resgata o ápice das disputas, registrado em 1985 com mais de 950 mil pessoas afetadas, e atualiza o debate com os indicadores de 2023, ano em que foram contabilizados 2.203 conflitos e o assassinato de 31 pessoas. Entre eles, o assassinato da liderança quilombola Maria Bernadete Pacífico Moreira (1951-2023), conhecida como Mãe Bernadete. Ao classificar as causas originárias dessas disputas, o texto sintetiza como o reflexo da disputa pelo "direito de permanecer na terra, o acesso à água, as questões trabalhistas e a perseguição política" (Seriacopi; Seriacopi, 2024, p. 185). A página é complementada pelo gráfico "Brasil: conflitos no campo - 2014-2023", contrastando o menor índice registrado no período (1.380 conflitos em 2015) com o pico atingido em 2023 (2.203).

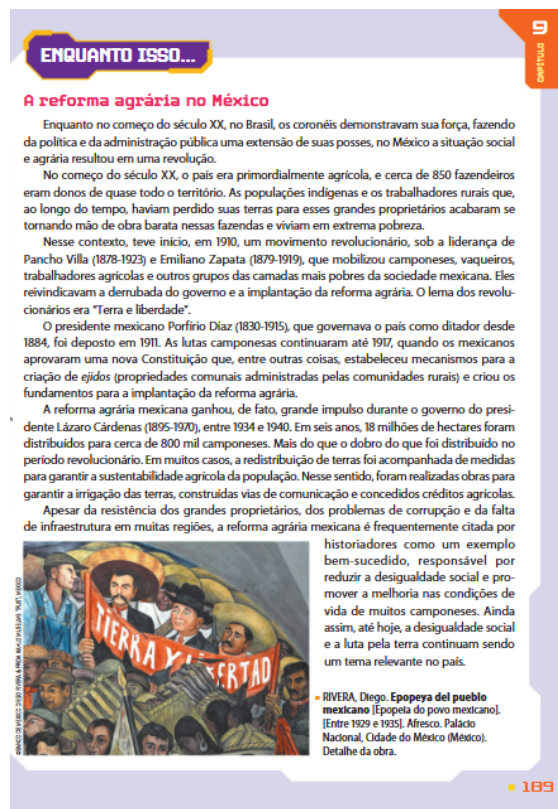
No subcapítulo "Os quilombolas e a terra", o material didático inicia estabelecendo uma ponte com os conteúdos programáticos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, resgatando o conceito de quilombo como espaço de resistência política e cultural para, em seguida, atualizá-lo sob a categoria de "comunidades quilombolas". O texto ressalta a importância desses grupos na manutenção de expressões próprias de religiosidade, culinária, música e dança, definindo-as como experiências de origem centenária fundamentadas na mescla entre as matrizes afro-brasileiras e o contato com outros segmentos sociais, como populações indígenas e brancas. O livro aponta que a titulação da terra é um direito assegurado pela Constituição de 1988, mas sinaliza a persistente lacuna existente entre o texto jurídico e a sua efetivação prática.

Essa mesma tensão é transposta para a seção "Terras Indígenas (TIs)", última do nono capítulo. Nela, os autores argumentam que a relação dos povos originários com a terra é de caráter intrínseco e multidimensional, constituindo a base fundamental para sua "sobrevivência física, cultural, espiritual e social" (Seriacopi; Seriacopi, 2024, p. 187). A análise revela o esforço em demonstrar que elementos práticos como a agricultura de subsistência, a caça, a pesca e a coleta, coexistem com elementos simbólicos, como os rios, montanhas e florestas, como partes da identidade indígena. Por fim, o fechamento do capítulo assume um tom de denúncia ao expor o que ameaça a integridade desses povos. A obra expõe a ação predatória das madeireiras, grileiros, garimpeiros e fazendeiros, cujas intervenções espaciais visam à expropriação e extinção dos territórios tradicionais.

A atualidade do conflito agrário é finalizada com a inserção do debate acerca do Marco Temporal, convertida em lei pelo Congresso Nacional. A obra discute como essa medida legislativa buscou restringir o direito dos povos indígenas ao condicionar a demarcação das terras à comprovação de sua posse até 5 de outubro de 1988. O livro didático

traça um paralelo com a Reforma Agrária do México (imagem 8) e cria um esquema de mapa mental para conclusão da temática (imagem 9).

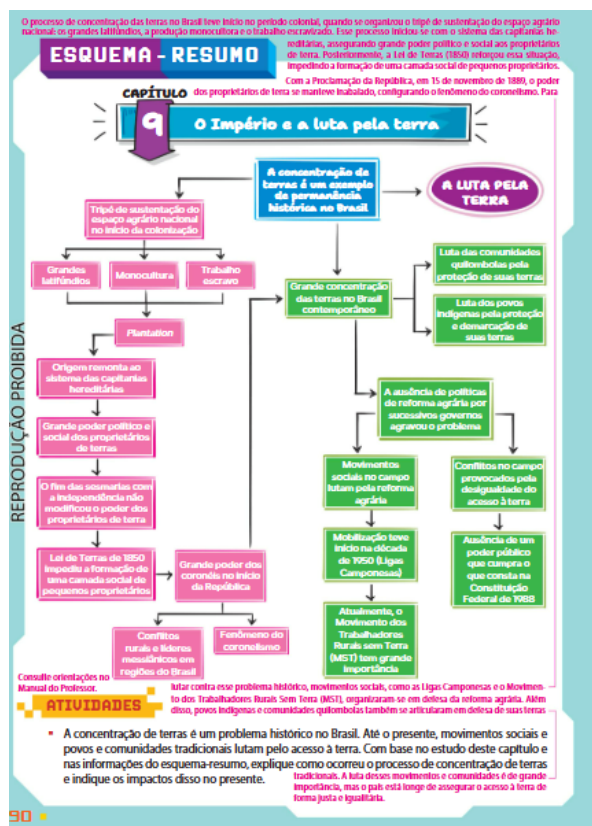
Imagem 8: Reforma Agrária no México, capítulo nove, pág. 189



Fonte: Editora FTD. Representação da Reforma Agrária no México no livro da Editora FTD, 2024.

Acesso em: 19 de maio de 2026,

Imagem 9: Mapa mental acerca do capítulo nove, pág. 90, funcionando como síntese do conteúdo



Fonte: Editora FTD. Mapa mental sobre a luta pela terra no livro da Editora FTD, 2024. Acesso em: 19 de maio de 2026.

No décimo capítulo, sob o título "Movimentos populacionais no Brasil no passado e no presente", a narrativa didática debruça-se sobre a dinâmica dos fluxos migratórios, estabelecendo conexões entre o contexto histórico da imigração e o cenário contemporâneo de deslocamentos forçados e refugiados. Para isso, retoma-se às primeiras sociedades humanas para demonstrar que o processo de sedentarização esteve atrelado ao domínio da agricultura, marco que transformou a relação da humanidade com o solo e impulsionou as primeiras migrações em direção à América do Sul. Ao avançar para o subcapítulo "O choque entre indígenas e portugueses", os autores analisam os contatos iniciais e a consequente ocupação do território, evidenciando que a exploração da terra nativa foi acompanhada pela escravização dos povos originários, inseridos na extração do pau-brasil e, posteriormente, nos engenhos de cana-de-açúcar no litoral nordestino.

A exploração do trabalho nas grandes propriedades agrícolas é retomada na seção "Nas fazendas de café", na qual se narra a realidade dos fluxos de imigrantes europeus convocados para substituir a mão de obra escravizada após meados do século XIX. O livro

didático retrata o cotidiano dos trabalhadores nas lavouras de café do Sudeste, denunciando a prevalência de péssimas condições de trabalho, episódios de violência, salários baixos, habitações inadequadas e o endividamento decorrente de preços inflacionados nos armazéns.

Por fim, a dimensão da desigualdade agrária é abordada no subcapítulo "O êxodo rural". Neste tópico, o livro didático articula o declínio da agricultura de subsistência, a fome, as secas prolongadas na região Nordeste e a especulação fundiária como os principais fatores de expulsão que desencadearam a transferência em massa de populações do campo para as cidades. A obra destaca o número de 10 milhões de pessoas que se deslocaram das zonas rurais para os centros urbanos entre as décadas de 1940 e 1950, com forte ênfase na migração nordestina em direção ao Sudeste industrializado. Com esse desfecho, a obra da Editora FTD explicita que a miséria urbana contemporânea partilha da mesma matriz histórica que rege o monopólio e a violência da questão agrária brasileira.

Para além do mapeamento na pré-análise do sumário, a temática da terra emerge de maneira dispersa no capítulo doze, especificamente na página 244, sob o tópico "Crises abalam a Primeira República". Nesse trecho, a narrativa didática debruça-se sobre os embates ideológicos e econômicos que marcaram o início do período republicano, polarizados na disputa entre a manutenção da agroexportação herdada do Império e as pressões pela modernização industrial e urbana do país. A obra retoma os episódios da Guerra de Canudos e da Guerra do Contestado, contudo, reitera o tratamento extremamente superficial identificado em páginas anteriores. Essa mesma simplificação narrativa é estendida à Revolta da Chibata (1910), contextualizando para o movimento tenentista.

A busca pela palavra-chave “agrária” retornou um total de 63 achados ao longo do corpo do texto. Para além dos capítulos de análise fundiária brasileira já mapeados, o termo continua sendo mobilizado nas discussões acerca da Revolução Russa, da Guerra ao Comunismo e da Ditadura Militar no Brasil. A palavra “terra”, que apresenta a expressiva marca de 486 repetições no livro didático, no entanto, em sua maior parte, a palavra refere-se ao planeta Terra ou desdobramentos como “enterrar”. O termo “campo” aparece 131 vezes ao longo do volume texto, mas também aparece em outros sentidos, a exemplo de “camponeses” e “camponesas”.

Em suma, a análise da obra revela um cenário ambivalente quanto ao tratamento da questão agrária no conteúdo do livro didático adotado pela rede privada. Se, por um lado, o manual avança ao incorporar dados estatísticos recentes e ao humanizar a violência no campo através de denúncias sobre o Marco Temporal e o assassinato de lideranças tradicionais, por outro, expõe os limites impostos pelo formato de volume único da Reforma do Ensino Médio.

A fragmentação narrativa e o adiamento de explicações conceituais cruciais geram lacunas importantes que atrapalham o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Assim, conclui-se que a exposição da temática ao longo dos capítulos ainda restringe a capacidade do estudante de compreender que a precarização das cidades e as desigualdades sociais contemporâneas são o reflexo espelhado do histórico monopólio do latifúndio que fratura a sociedade brasileira.

4.2. FICHA TÉCNICA E ANÁLISE DO SUMÁRIO: CONTATO HISTÓRIA

Para estabelecer o contraponto a partir da realidade da rede pública de ensino, o corpo documental desta investigação incorpora a coleção didática “Contato História”, cuja seleção decorreu diretamente das atividades de observação e prática pedagógica realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na Escola Técnica Estadual (ETE) Alcides do Nascimento Lins, localizada no município de Camaragibe, Pernambuco. A relevância da escolha desse material justifica-se pelo critério de validação do ambiente escolar, visto que a coleção serve de lastro para o planejamento curricular e para as regências do professor de História Me. Bruno Barros, que foi orientador durante as atividades.

Sob a perspectiva da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, a justificativa dessa obra legitima-se por dois fatores determinantes: a adoção do material nas redes públicas de ensino do país e a proximidade proporcionada pela vivência da pesquisadora junto à comunidade escolar. No escopo desta seção, será realizado o mapeamento inicial do corpo editorial e da estrutura do sumário, estabelecendo as bases de pré-análise indispensáveis para o posterior esquadramento de seus capítulos.

Publicada no ano de 2016 pela Quinteto Editorial, a coleção é de autoria dos historiadores e docentes Marco César Pellegrini, Keila Grinberg e Adriana Machado Dias. A estrutura do projeto pedagógico deu-se sob a direção-geral de Lauri Cericato e, diferentemente do volume unificado analisado na rede privada, organiza-se em um modelo composto por três volumes independentes, voltados a atender de forma progressiva e regular os três anos regulamentares do Ensino Médio. Esse sistema editorial é um indicador metodológico relevante para a pesquisa, pois acredita-se, a priori, que contenha uma maior disponibilidade de espaço físico nas páginas e uma potencial margem para o aprofundamento temático dos processos e agentes históricos, o que inclui a distribuição e a profundidade

dedicadas às dinâmicas da estrutura fundiária e dos conflitos agrários na formação da sociedade brasileira.

A análise dos sumários que compõem a estrutura da coleção “Contato História” (2016) revela como a questão agrária é distribuída e compartimentada ao longo do percurso formativo da rede pública. No volume direcionado à 1ª série, os primeiros indícios temáticos estão deslocados da realidade nacional, localizando-se no sétimo capítulo, intitulado “Os antigos romanos”. Nesse trecho, o sumário acusa a presença das seções “A concentração de terras” e “As tentativas de Reforma Agrária” sob o período republicano e imperial romano. A inclusão dessa herança é metodologicamente relevante para a pesquisa, pois demonstra que o conceito de reforma agrária e as tensões decorrentes do meio fundiário são apresentados ao estudante em sua gênese histórica ocidental.

Ainda no primeiro volume, o nono capítulo, “A época medieval na Europa”, sinaliza o debate produtivo ao abordar “O feudalismo” e “O aumento da produção agrícola”. Fechando a análise inicial do primeiro livro didático, o décimo primeiro capítulo, nomeado “Os Povos da América”, elenca tópicos gerais sobre as sociedades pré-colombianas, embora o sumário não aponte explicitamente descritores agrários, pela lógica, exige uma posterior análise do corpo do texto para rastrear a terra e a organização comunitária do solo.

No volume da 2ª série, o sumário direciona o foco para a transição colonial e imperial da América Latina, estabelecendo as bases da exploração econômica. O quarto capítulo, “A conquista e a colonização espanhola na América”, tangencia a problemática rural de forma sutil por meio do tópico “Economia e trabalho nas colônias”. O núcleo da formação fundiária nacional passa a ser delimitado no quinto capítulo, “A conquista e a colonização portuguesa na América”, que abrange o complexo do período açucareiro, as invasões estrangeiras e a estratificação da sociedade colonial.

Essa temática agrária é expandida no sexto capítulo, “A expansão das fronteiras da Colônia”, no qual o sumário registra o avanço da pecuária e a integração do território como vetores que alargaram os limites da propriedade para além da linha de Tordesilhas, acompanhados pelas dinâmicas de resistência das populações subalternizadas. A consolidação desse modelo oligárquico é mapeada no capítulo doze, “O Império no Brasil”, cujo sumário destaca as seções “Produção de café no Brasil” e “A economia brasileira no século XIX”, sinalizando uma ligação entre o arranjo imperial e a manutenção do ecossistema latifundiário.

Por fim, o volume da 3ª série debruça-se sobre as heranças rurais no Brasil republicano e contemporâneo. O segundo capítulo, “A Primeira República”, estrutura-se em torno de eixos que conectam diretamente a terra ao poder político, evidenciados nos tópicos

"O poder das oligarquias", "Os imigrantes no Brasil" e "Os movimentos populares". Após um longo intervalo narrativo, a temática ganha contornos de síntese no décimo segundo capítulo, intitulado "O Brasil contemporâneo", que reserva uma seção dedicada ao "Espaço rural brasileiro". Essa organização curricular indica que a coleção da rede pública opta por uma abordagem que culmina no tempo presente, concentrando no encerramento da formação do estudante o debate sobre as configurações atuais, os conflitos e os modelos produtivos que regem o campo no Brasil de hoje.

4.2.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTATO HISTÓRIA- 1º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

A problemática da questão agrária aparece apenas no corpo do sétimo capítulo, constatando-se que a concentração fundiária se apresenta de forma sintetizada. Na seção intitulada "A concentração de terras", o livro didático estabelece uma conexão entre o monopólio do solo e as desigualdades sociais no mundo romano. O texto explica que o processo de expansão territorial e militar gerou extensões de terras públicas, que foram apropriadas pela aristocracia patricia. Esse fenômeno consolidou a formação de grandes latifúndios que, utilizando mão de obra escrava, inviabilizaram a subsistência dos pequenos produtores livres.

Essa dinâmica de exclusão introduz o debate no tópico "As tentativas de reforma agrária", no qual o livro didático expõe as ações reformistas dos tribunos da plebe Tibério e Caio Graco na tentativa de diminuir as tensões sociais da República. O texto reconstrói o cenário de 133 a.C., ano em que os irmãos Graco obtiveram a aprovação da lei agrária, que previa a limitação do tamanho das propriedades e a repartição dos excedentes públicos em pequenos lotes destinados aos plebeus. O inconformismo da elite culminou no assassinato de Tibério Graco e que, embora Caio Graco tenha conseguido implementar a medida de forma gradual em algumas províncias, a legislação foi sumariamente revogada pelo Senado após sua morte.

No nono capítulo, a problemática agrária assume contornos europeus sob a seção intitulada "O feudalismo". O texto didático conceitua o regime feudal como o arranjo econômico, político e social que estruturou a Europa medieval, localizando seu ápice na França entre os séculos XI e XIII. Sob a perspectiva da história agrária, a narrativa demonstra que a cessão de feudos frequentemente se materializa na concessão de terras e senhórios, definidos formalmente na obra como grandes propriedades rurais. O texto mostra que a posse

do senhorio oferecia ao beneficiário a tutela sobre os habitantes da área, forçando os camponeses a se vincularem ao solo sob a autoridade de uma "nobreza fundiária", regime sustentado pela entrega de excedentes produtivos e pela prestação de serviços obrigatórios.

Ainda no nono capítulo, a dinâmica agrária medieval é aprofundada no tópico "O aumento da produção agrícola". O livro didático situa, entre os séculos XI e XIII, um período de profundas transformações técnicas que impulsionaram a expansão e a diversificação de alimentos na Europa. É apresentado que o incremento da produtividade esteve atrelado a uma nova organização espacial do solo, pautada pela transição da rotação bienal para o sistema de rotação trienal de culturas. Esse método consistia na divisão da área cultivável em três campos distintos: um destinado ao plantio de inverno, outro ao cultivo de verão e um terceiro mantido em pousio para a regeneração da fertilidade da terra, sendo utilizado de forma cíclica no ano subsequente.

No capítulo onze, intitulado "Os povos da América", retrata de forma extremamente superficial e pontualmente "A economia asteca", com a representação do cultivo de milho, pimenta, tomate, cacau, abóbora e algodão. Com a escassez de terras cultiváveis, desenvolveram a agricultura em *chinampas*, espécies de ilhas artificiais. Essa atividade se desenvolve até os dias atuais no México, com construções de casas sobre elas (Imagem 10).

Imagem 10: Chinampas nos povos astecas e atualmente.



Chinampas representadas no livro didático, capítulo onze, pág. 254. Fonte: Quinteto Editorial

Ainda no décimo primeiro capítulo, é utilizada a região de Machu Picchu como o ponto de partida para analisar o gerenciamento e a adaptação humana frente a relevos. Na seção intitulada "Terraços agrícolas", é descrita a construção de sistemas de cultivo em degraus nas encostas das montanhas. Seu objetivo era viabilizar a produção de alimentos em terrenos inclinados e impedir que a camada fértil do solo fosse erodida pelas intensas chuvas da região. Esse complexo sistema agrícola era otimizado e interligado por meio de uma rede de canais de irrigação.

Em resumo, a análise dos conteúdos do primeiro volume da coleção Contato História (2016) revela que a abordagem voltada à questão agrária manifesta-se de forma resumida e apresenta lacunas ao longo da 1ª série do Ensino Médio. Quando o tema aparece, como visto nas disputas em torno das terras públicas e das reformas agrárias fracassadas na Roma Antiga, a narrativa prioriza uma dimensão institucional ou descritiva das forças produtivas. Diante disso, conclui-se que o primeiro livro da sequência oferece subsídios conceituais e técnicos ao estudante, oferecendo pouca abertura para a discussão das contradições sociais que regem o espaço rural.

4.2.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTATO HISTÓRIA- 2º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

O estudo das dinâmicas agrárias é efetivamente inaugurado no quarto capítulo, intitulado "A conquista e a colonização espanhola na América". Na seção "Economia e trabalho nas colônias", os autores contextualizam a lógica mercantilista às grandes navegações e à expansão comercial europeia. Ao se estabelecerem nos territórios americanos, as frentes colonizadoras espanholas articularam a extração de metais preciosos ao desenvolvimento de atividade agrícola. O livro didático descreve a implementação do sistema de *plantation* voltado à exportação de cacau, cana-de-açúcar, tabaco e algodão. Paralelamente, organizou-se uma agricultura de subsistência baseada no cultivo de trigo, milho, arroz e batata, além da pecuária voltada à criação de aves, gado bovino e suíno.

No quinto capítulo, "A conquista e a colonização portuguesa na América", inicia a obra analisando a exploração do pau-brasil na faixa litorânea, demonstrando que essa atividade econômica consistia na fixação à terra e baseava-se no escambo, ou seja, na troca direta de mercadorias pelo trabalho de extração realizado pelos indígenas. Na sequência, a necessidade de garantir a posse da colônia frente às ameaças estrangeiras impulsionou o envio de expedições colonizadoras e a institucionalização do sistema de capitanias hereditárias. A

narrativa detalha que a Coroa dividiu o território em lotes de terras, cedidos a donatários da pequena nobreza com o objetivo de povoar, legislar, e doar parcelas de solo sob a forma de sesmarias.

Embora o livro didático registre o fracasso econômico na maioria das capitanias e a posterior centralização administrativa promovida por D. João III com a criação do Governo-Geral, identifica-se aqui uma lacuna significativa. A obra apresenta as sesmarias de maneira institucional e burocrática, sem relacionar com as bases históricas do latifúndio e da exclusão fundiária, do monopólio da terra antes mesmo da institucionalização do Estado brasileiro.

O texto reconstrói a transição da exploração do pau-brasil para formação do projeto açucareiro, evidenciando que a demanda pela força de trabalho levou os colonizadores a escravizarem as populações nativas. Contudo, a narrativa limita-se a informar o envio dos jesuítas da Companhia de Jesus com o propósito de catequizar as populações locais, suavizando o papel dos aldeamentos missionários, pois deixa de explicitar que a proteção jesuítica aos indígenas servia para afastá-los de suas terras de origem e liberar os territórios tradicionais para o avanço das sesmarias e dos engenhos de açúcar, demonstrando como a violência agrária colonial operava de forma articulada às instituições religiosas do período.

Ainda no quinto capítulo, a obra expõe as bases do complexo agroexportador no tópico "Os engenhos de açúcar". O livro didático situa o cultivo da cana-de-açúcar a partir do século XVI como a atividade essencial para a economia colonial, definindo o engenho não apenas como uma estrutura manufatureira, mas como uma grande unidade latifundiária de alto valor comercial voltada à exportação. O livro aponta a coexistência de atividades indispensáveis à manutenção da grande propriedade, como o cultivo interno de alimentos de subsistência, a criação de animais e o trabalho doméstico nas dependências senhoriais.

A obra usa por meio da linguagem visual a pintura do artista holandês Frans Post, produzida no século XVII, para mapear a estrutura do engenho colonial. A senzala como habitação coletiva dos escravizados, o canavial como extensão de terra destinada à monocultura, a casa de engenho ou moenda como núcleo fabril de beneficiamento do açúcar, a casa-grande como residência e centro do poder patriarcal dos senhores, e a capela como símbolo da regulação espiritual e ideológica que legitimava a dominação senhorial. O livro didático desmistifica a simplicidade do trabalho rural ao esquematizar o ciclo açucareiro em etapas rígidas que exigiam mobilização da força de trabalho e violenta transformação da natureza, como a derrubada da mata nativa, o preparo do solo e o plantio das mudas de cana.

No capítulo doze, “O Império do Brasil”, seção “Cabanagem”, situa a revolta na província do Pará, durante as primeiras décadas do século XIX, apontando que as raízes do conflito repousavam na cobrança de impostos e no valor das mercadorias manufaturadas, gerando insatisfação social. O livro didático esclarece que a camada pobre da sociedade local era constituída por indígenas, escravizados, ex-escravizados e homens livres desprovidos de recursos financeiros. O texto destaca o protagonismo desses personagens subalternizados, os chamados “cabanos”, assim denominados por habitarem cabanas rústicas nas margens dos rios, evidenciando sua condição de exclusão e vulnerabilidade habitacional frente ao autoritarismo dos governantes.

Ainda no capítulo doze, em “A produção de café no Brasil”, a consolidação do latifundiário e a centralidade da grande propriedade ganham materialidade nas páginas finais do capítulo. O texto didático narra o cultivo comercial do café situando sua origem por volta de 1770, no Rio de Janeiro, e detalha sua expansão, entre as décadas de 1830 e 1850, em direção ao Vale do Paraíba e ao Oeste Paulista, onde substituiu progressivamente as antigas lavouras canavieiras e converteu-se no principal produto de exportações do país. A obra mobiliza um mapa temático intitulado “O desenvolvimento da cafeicultura no Brasil (séc. XIX)” , recurso cartográfico que funciona como um importante marcador visual para que o discente observe a fronteira agrícola sobre a Mata Atlântica e a consequente conversão de extensões de florestas em monoculturas cafeeiras.

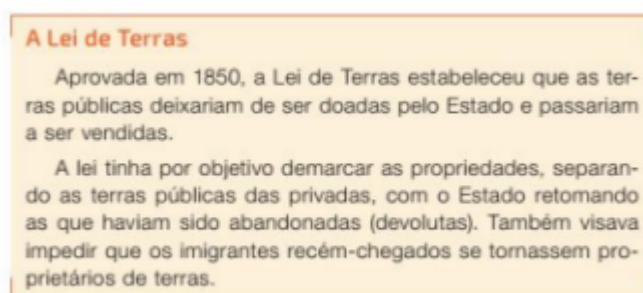
A narrativa expõe os benefícios internos e externos que impulsionaram o sucesso da produção cafeeira, apontando o clima e os solos favoráveis do Sudeste, a abundância econômica de antigos traficantes e mineradores, o aumento do consumo nos mercados europeu e a quebra da produção global decorrente da Guerra de Independência no Haiti.

No subtópico “A mão de obra escrava nos cafezais”, é exposto que o modelo agrário imperial baseava-se na exploração do trabalhador escravizado em todas as etapas produtivas, desde a derrubada das matas até o transporte dos grãos aos portos. Para demonstrar a resistência das elites agrárias em abrir mão desse arranjo coercitivo, o texto aborda “As pressões contra o tráfico de escravos”, explicitando que, apesar das restrições inglesas, o tráfico negreiro foi intensificado em meados do século XIX, registrando a entrada anual de cerca de 20 mil africanos escravizados até 1850 para suprir o trabalho exigidos pela expansão cafeeira.

Essa crise no abastecimento de mão de obra e a necessidade de organizar o acesso à base econômica da nação impulsionaram as transformações analisadas na página subsequente, sob o título “O trabalho dos imigrantes”. O texto esclarece que, embora os imigrantes

recebessem pequenos lotes de terras nas sedes das fazendas para o cultivo de subsistência, eles eram frequentemente submetidos a maus-tratos, endividamentos forçados e proibidos de se retirarem das propriedades sem a autorização expressa do fazendeiro, como trabalho análogo à escravidão. No canto inferior da tela, o livro didático propõe a análise da Lei de Terras de 1850 (Imagem 11). O texto explicita que a legislação extinguiu a tradicional doação de sesmarias e determinou que as terras públicas só poderiam ser adquiridas por meio da compra em dinheiro.

Imagem 11: A Lei de Terras



A representação da Lei de Terras no 2º livro didático da coleção Contato História, capítulo 12, pág. 277. Fonte: Quinteto Editorial.

Na seção "Atividades", cobra-se o domínio desses conteúdos por meio de duas questões. Na questão de número 4, exige-se que o estudante identifique o produto predominante da economia imperial (o café), os fatores internos e externos de sua expansão e se a mão de obra utilizada era livre ou escravizada. Logo na sequência, a questão 6 questiona o discente com o enunciado "O que foi a Lei de Terras?", consolidando um roteiro avaliativo que vincula a economia cafeeira, a questão fundiária e a crise do escravismo (Imagem 12).

Imagem 12: Atividade proposta

Atividades

Anote as respostas no caderno.

Veja as respostas das Atividades nas Orientações para o professor.

Sistematizando o conhecimento

1. Quais as principais características da Constituição de 1824?
2. O que foi a Guerra da Cisplatina? Que outros fatores somaram-se a ela na crise que levou D. Pedro I a deixar o Brasil em 1831?
3. Durante o período Regencial, o poder foi disputado por três grupos políticos. Descreva-os.
4. Sobre o período de governo de D. Pedro II, responda.
 - a) Qual o produto predominante na economia brasileira? Quais fatores, internos e externos, incentivaram a produção cada vez mais intensiva desse produto?
 - b) A mão de obra utilizada nessa produção era livre? Justifique sua resposta.
5. No final do século XIX, os cafeicultores de São Paulo iniciaram um processo de incentivo à imigração de europeus. Sobre essa época, responda.
 - a) Qual era o contexto europeu?
 - b) O que era a Sociedade Promotora de Imigração?
 - c) Como eram os contratos de trabalho?
 - d) Por que muitos imigrantes optaram por trabalhar nas cidades?
6. O que foi a Lei de Terras?
7. Explique as diferentes motivações dos grupos abolicionistas do final do século XIX. Comente também sobre as leis abolicionistas aprovadas nesse período.
8. Produza um texto explicando a crise do Império e a proclamação da República no Brasil.

Atividade proposta no 2º livro didático da coleção Contato História, capítulo 12, pág. 282. Fonte: Quinteto Editorial.

4.2.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO: CONTATO HISTÓRIA- 3º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

Iniciando a análise do terceiro volume da coleção Contato História, destinado aos estudantes da 3ª série do Ensino Médio, as dinâmicas do campo assumem uma dimensão política e institucional no segundo capítulo, intitulado "A Primeira República". A problemática agrária é introduzida por meio da seção "O poder das oligarquias", na qual os autores expõem a estrutura de poder que sustentou o Brasil após a queda da Monarquia. O livro didático evidencia o peso determinante do café na balança comercial e a chamada "política do café com leite", contexto oligárquico por qual os grandes proprietários rurais e cafeicultores de São Paulo e os pecuaristas de Minas Gerais alternavam-se e controlavam o cargo da Presidência da República, garantindo proteção aos seus próprios interesses econômicos.

Posteriormente, são apresentadas as estruturas sociais e políticas com base no coronelismo, clientelismo e do voto de cabresto. É explicado que a figura do "coronel" impulsionou o poder local, amparado tanto pelo prestígio social quanto pela posse de propriedades de terras. O texto didático reconstrói a lógica do clientelismo como uma rede de favores e trocas desiguais, na qual o latifundiário oferecia proteção material, emprego nas fazendas ou assistência básica à população carente e desprovida de recursos em troca de fidelidade política absoluta. O "voto de cabresto", por sua vez, os coronéis utilizavam bandos

armados para constranger, ameaçar e forçar os eleitores de sua área de influência a votarem nos candidatos indicados pela oligarquia governante.

Ainda no capítulo dois, na seção "Os imigrantes no Brasil", a narrativa retoma a chamada "grande imigração", situando que, desde a proibição definitiva do tráfico negreiro em 1850, frações da elite latifundiária brasileira convergiram para a necessidade de atrair trabalhadores estrangeiros para substituir a mão de obra escravizada. O governo republicano ofereceu grandes incentivos à imigração, subsidiando diretamente a viagem de famílias provenientes de países como Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Japão, Líbano e Síria.

Tudo isso é detalhado no subtópico "Os imigrantes nos cafezais", no qual o texto analisa a permanência do sistema colonial durante o período republicano. A obra reforça que os contratos de trabalho estipulavam que todos os membros do núcleo familiar eram obrigados a trabalhar nas fileiras de café. Em contrapartida, recebia-se uma pequena remuneração fixa combinada a uma cota por colheita e o direito de utilizar pequenos lotes residuais para o plantio de subsistência de cereais e legumes. O texto denuncia que a frequência de maus-tratos e o endividamento sistemático empurravam muitos desses trabalhadores a fugirem em busca de melhores condições nas cidades ou em outras propriedades rurais, convertendo-se, em muitos casos, na base do operariado urbano nascente.

Finalizando o capítulo dois, aprofunda-se a transição republicana dos conflitos decorrentes do cenário oligárquico, sob o título "Os movimentos populares". O texto de abertura estabelece o pano de fundo do período, explicitando o profundo isolamento e as precárias condições de vida das populações sertanejas, situadas à margem dos fluxos de comunicação e do desenvolvimento das regiões urbanizadas e litorâneas. O livro aponta que, diante desse cenário, as massas camponesas buscaram uma alternativa de sobrevivência econômica e amparo espiritual, depositando suas esperanças em líderes carismáticos encarados como salvação perante as opressões cotidianas.

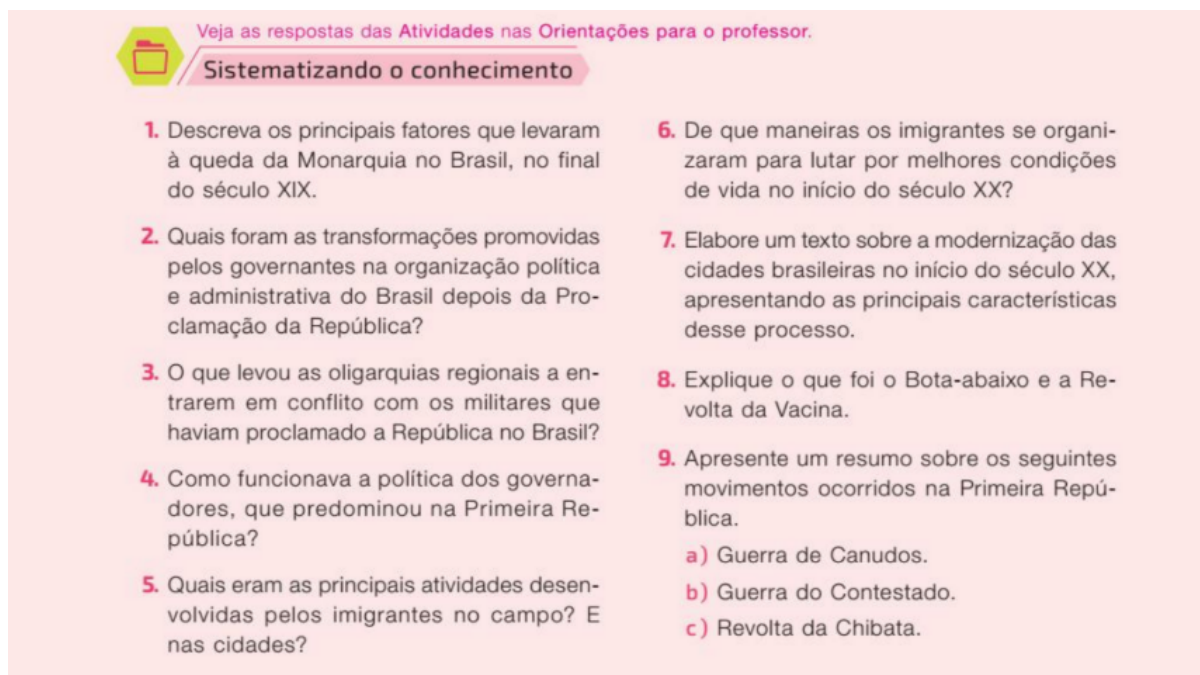
Essa dinâmica de contestação à ordem latifundiária é esquadrinhada no subtópico "A Guerra de Canudos", no qual o livro detalha a trajetória de Antônio Conselheiro e a fundação do arraial de Belo Monte, no norte da Bahia, em 1893. O texto explica que os habitantes plantavam culturas de subsistência, como feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca, criavam animais e comercializavam os excedentes diretamente com comerciantes locais, diretamente pelo trabalho compulsório nas fazendas tradicionais. Essa autonomia combinada ao crescimento demográfico (que atingiu cerca de 10 mil habitantes em três anos), passou a incomodar os latifundiários e as autoridades governamentais, que acusavam o movimento de "fanatismo" e "monarquismo". Essa denúncia é baseada por meio de um registro fotográfico

histórico de Flávio de Barros, datado de 1897, que retrata soldados com um prisioneiro de Canudos, recurso visual que materializa a violência militar pelo Estado para sufocar a experiência camponesa e dizimar sua população após quatro expedições oficiais.

Por fim, a violência do Estado repete-se com contornos ainda mais nítidos de conflito fundiário na página seguinte, sob o tópico "A Guerra do Contestado". O texto didático situa o conflito, ocorrido entre 1912 e 1916, em uma região de fronteira rica em erva-mate e madeira, cuja posse era contestada entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O livro didático demonstra como o grande capital transnacional desestruturou o espaço rural por meio da imagem intitulada "A Brazil Railway". A obra explica que o governo brasileiro contratou uma empresa estrangeira para construir uma linha férrea ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul e, em contrapartida, concedeu à companhia o direito de adquirir as terras marginais à ferrovia. Essa medida resultou na expulsão violenta de milhares de famílias camponesas que habitavam tradicionalmente a região, privando-as de seu meio de subsistência e empurrando-as para o movimento liderado pelo monge José Maria.

Como atividade (Imagem 13), para “sintetizar o conhecimento”, o livro didático propõe a resolução de questões que abarcam os conflitos oligárquicos, os imigrantes no campo e sua luta, e as principais revoltas na Primeira República.

Imagem 13: Atividade proposta



Veja as respostas das Atividades nas Orientações para o professor.

Sistematizando o conhecimento

1. Descreva os principais fatores que levaram à queda da Monarquia no Brasil, no final do século XIX.
2. Quais foram as transformações promovidas pelos governantes na organização política e administrativa do Brasil depois da Proclamação da República?
3. O que levou as oligarquias regionais a entrarem em conflito com os militares que haviam proclamado a República no Brasil?
4. Como funcionava a política dos governadores, que predominou na Primeira República?
5. Quais eram as principais atividades desenvolvidas pelos imigrantes no campo? E nas cidades?
6. De que maneiras os imigrantes se organizaram para lutar por melhores condições de vida no início do século XX?
7. Elabore um texto sobre a modernização das cidades brasileiras no início do século XX, apresentando as principais características desse processo.
8. Explique o que foi o Bota-abaixo e a Revolta da Vacina.
9. Apresente um resumo sobre os seguintes movimentos ocorridos na Primeira República.
 - a) Guerra de Canudos.
 - b) Guerra do Contestado.
 - c) Revolta da Chibata.

Atividade proposta no 3º livro didático da coleção Contato História, capítulo 2, pág. 52. Fonte: Quinteto Editorial.

A respeito do violento desfecho dos conflitos rurais na Primeira República, a questão latifundiária projeta-se até o tempo presente, alcançando sua síntese no décimo segundo capítulo do terceiro volume, intitulado "O Brasil contemporâneo". Na seção "O espaço rural brasileiro", a temática é inaugurada por meio de um viés econômico, explicitando que o agronegócio responde atualmente por cerca de 25% de toda a riqueza produzida no Brasil (PIB), movimentando volumes financeiros na exportação de trigo, algodão, milho, soja, laranja, álcool e açúcar. Essa introdução cumpre a função de situar o estudante com o discurso de modernidade e eficiência que reveste o capital agrário.

Contudo, o livro associa esse modelo agroexportador ao "O desmatamento" (que também corresponde ao nome da seção). O texto assume um tom crítico ao denunciar que o avanço do agronegócio ocorre na exploração do meio ambiente, promovendo a derrubada de florestas para dar lugar a pastagens e extensas lavouras de soja e algodão. O livro alerta para o fato de que o esgotamento dos recursos florestais alimenta indústrias madeireiras e carvoarias para o abastecimento de grandes centros urbanos, expondo que o país tem pago um alto preço ao apostar na grande propriedade rural como a principal alavanca de seu desenvolvimento econômico.

Essa fratura ecológica culmina na estrutura de opressão social mapeada no subtópico "A desigualdade social". O texto desmistifica a riqueza gerada pelo campo ao enfatizar que os lucros proporcionados pelo agronegócio contrastam com a realidade de exclusão vivida pelos pequenos produtores rurais brasileiros. A obra enfatiza que as famílias camponesas, historicamente desfavorecidas pelo Estado, ocupam faixas de terra de menor produtividade e carecem de subsídios, créditos e assistência técnica para competir no mercado globalizado e garantir seus meios de subsistência. A obra conclui que a histórica e persistente concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros atua como o principal vetor do bloqueio à reprodução social do campesinato, funcionando como a raiz geradora das tensões, da violência e dos conflitos agrários que ainda ensanguentam o território nacional.

Logo abaixo, aparece um texto informativo sobre o que é "A reforma agrária", conceituando o termo como a reorganização da estrutura agrária a um maior número de pessoas, buscando promover justiça social e o incremento da produtividade de alimentos. É exposto que os grandes proprietários rurais articulam-se politicamente e são radicalmente contrários a essa medida sob a alegação de defesa irrestrita do direito à propriedade privada. A narrativa expõe que a oposição dificulta a adoção de políticas públicas de assentamento e a consolidação da infraestrutura necessária para a fixação no campo, como moradias, escolas e estradas.

Por fim, embora o terceiro volume apresente momentos de criticidade ao vincular a opressão oligárquica à resistência camponesa em Canudos e no Contestado e ao expor as contradições ecológicas e sociais do agronegócio contemporâneo, esses tópicos surgem de forma sucinta, falando pouco e de forma resumida sobre a questão agrária, privando o discente de uma discussão contínua e profundamente problematizada sobre o monopólio da terra como a base das desigualdades e da violência estrutural que historicamente regem o espaço rural e a formação brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo comparativo permitiu identificar as permanências, os avanços e as lacunas que condicionam a transição didática da questão agrária nos livros didáticos de História destinados ao Ensino Médio. Diante do mapeamento sistemático e do cruzamento das informações sob a Análise de Conteúdo de Bardin, foi revelado que embora a coleção produzida pela Quinteto Editorial apresente um número superior em páginas e mantenha uma semelhança à ordem cronológica trienal do Ensino Médio, constatou-se que o livro didático editado pela FTD contempla com maior centralidade e profundidade a temática da questão agrária. Isso evidencia que o preenchimento de espaço gráfico não se traduz em compromisso com a desconstrução das contradições estruturais do espaço rural brasileiro.

Essa base fundamentada é observada na obra da FTD pois encontra justificativa em seu ano de produção, produzido mais recentemente. Por estar sintonizada com as transformações historiográficas e geográficas contemporâneas, a narrativa da FTD consegue articular um debate mais atualizado sobre as relações fundiárias, relacionando o passado colonial e as reconfigurações espaciais do tempo presente. Mais do que narrar os eventos, a obra dessa editora mobiliza informações reflexivas e infográficos que desmistificam discursos hegemônicos, com a finalidade de desenvolver o senso crítico dos discentes. Sob essa perspectiva, o estudante é provocado a perceber que fenômenos como a violência no campo, a paralisação da reforma agrária e os impactos do agronegócio não são fatalidades, mas sim o resultado de escolhas políticas e de um duradouro bloqueio promovido pelas oligarquias agrárias para perpetuar o monopólio da terra.

Em contrapartida, o livro pertencente à coleção da Quinteto Editorial, embora permeie o sistema rural ao longo de sua extensão, esvazia o potencial da temática ao tratá-la sob superficialidade. A obra toca em episódios cruciais da história da terra, como o sistema de sesmarias, a Lei de Terras de 1850 e os movimentos da Primeira República, mas o faz de maneira puramente narrativa, descritiva e sem a devida problematização social. Ao privar o texto de uma abordagem que conecte essas heranças rurais às desigualdades socioeconômicas contemporâneas, a Quinteto Editorial culmina em um silenciamento que suaviza os conflitos de classe. O desafio dessa abordagem superficial é que ela gera uma falsa sensação de inclusão temática, pois o assunto está presente no sumário e no texto, mas a sua diluição em meio às narrativas pode impedir que o aluno se aproprie do conceito como uma leitura da realidade brasileira.

Em última análise, conclui-se que as duas coleções cumprem funções distintas e complementares dentro do arranjo curricular das redes de ensino. Enquanto o livro didático da Quinteto Editorial atende à demanda de preenchimento do conteúdo programado extenso por meio do rigor e da manutenção da estrutura cronológica tradicional, a obra da FTD executa de forma mais direta as diretrizes contemporâneas ao transformar a estrutura fundiária e latifundiária em objeto de análise escolar. A abordagem da questão agrária nos livros didáticos, portanto, deixa de ser uma escolha editorial isolada e passa a ser entendida como uma obrigação técnica de conformidade com os referenciais curriculares nacionais.

As atividades avaliativas propostas ao longo dos livros didáticos constituem uma dimensão para analisar o grau de cobrança da questão agrária no Ensino Médio. Tanto a coleção da Quinteto Editorial quanto o livro unitário da FTD utilizam abordagens distintas para medir o domínio do estudante. Na coleção da Quinteto Editorial, as atividades concentram-se em seções de fechamento de unidade ou capítulo, estruturando-se a partir de comandos de verificação direta, como observado na seção "Atividades". Constatase que o livro didático da Quinteto Editorial compete a problematização e a reflexão crítica à mediação externa do professor em sala de aula.

Por outro lado, o livro didático produzido pela FTD adota uma abordagem avaliativa mais descentralizada e integrada ao corpo do texto, diluindo as atividades ao longo da exploração de fontes. A obra da FTD mobiliza seções laterais, como a seção "Explorando a imagem", que direciona o estudante a realizar análises visuais e a cruzar dados textuais com vestígios documentais. Na abordagem do agronegócio e da estrutura fundiária contemporânea, as propostas de atividade são conduzidas para confrontar o discente com as contradições do campo atual, exigindo que ele interprete o desmatamento florestal e a paralisação da reforma agrária a partir de dados. Desse modo, os exercícios da FTD funcionam como um instrumental para desenvolver a capacidade de leitura crítica de cenários em disputa e interpretação do cenário socioespacial.

A análise das duas coleções revela que elas atendem a públicos e objetivos diferentes, pois o livro da Quinteto Editorial, usado na escola pública, destaca-se por sua organização clássica e detalhada, garantindo que o estudante tenha contato com uma base de fatos históricos, explicando com precisão a origem dos conflitos de terra desde a Roma Antiga até a formação dos grandes latifúndios no Brasil. Já o livro da FTD, voltado para a escola particular e criado sob as diretrizes do Novo Ensino Médio, traz uma proposta mais atual, e sua vantagem está em conectar as heranças do passado com os problemas do presente de forma direta, analisando o cenário atual do campo, os impactos do agronegócio e as barreiras

da reforma agrária. Ambas as obras cumprem o seu papel, oferecendo caminhos diferentes para que o estudante compreenda a complexa realidade agrária do país.

A análise comparativa entre as obras *Contato História* (Quinteto Editorial, 2016) e *História por Toda Parte* (FTD, 2024) revela como as dinâmicas de mercado, as reformas curriculares e o perfil do público-alvo moldam as formas de ensinar a questão agrária no Brasil contemporâneo. Na coleção da rede pública, observa-se uma ancoragem cronológica e cumulativa, pois o debate sobre a terra não se inicia no Brasil, recuando à República Romana para exemplificar a concentração de terras e as tentativas de reforma agrária. No entanto, a distribuição desses conteúdos no livro didático, sem conexões, gera uma fragmentação que pode dispersar a atenção do discente, exigindo um esforço de mediação docente constante para conectar os assuntos.

A obra da rede privada unifica o passado colonial e imperial às contradições do tempo presente em capítulos específicos, estabelecendo pontes entre as heranças oligárquicas e as demandas contemporâneas do campo. Além disso, em ambos os materiais, grandes marcos da história nacional, como a industrialização acelerada e a ditadura civil-militar, são narrados a partir de perspectivas urbanas e geopolíticas. Ambas expõem como a questão agrária, no ambiente escolar, oscila entre a obrigação burocrática de cumprir uma cronologia nacional e a necessidade de responder às exigências de exames de larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e demais vestibulares.

Desse modo, a eficácia do material didático depende da articulação entre a base fornecida e o instrumental crítico, garantindo que o espaço escolar disponha dos subsídios mínimos necessários para o cumprimento das competências de leitura e interpretação da estrutura fundiária brasileira. Assim, as duas obras garantem os subsídios técnicos fundamentais prescritos pelas diretrizes curriculares nacionais e municipais à comunidade escolar com as ferramentas necessárias para a compreensão e a análise.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão agrária**. São Paulo: Atual, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, 1977. Edição 70.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: Especialidades e Abordagens, Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império, e acerca das que são possuídas por título legítimo, e estabelece as regras sobre a legitimação, concessão e medição das mesmas. Rio de Janeiro: Chancellaria do Imperio, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 11 de Maio de 2026.

BRASIL. **Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963**. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Brasília, DF: Presidência da República, 1963. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm. Acesso em: 11 de Maio de 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de Maio de 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 de Maio de 2026.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Conhecimento Histórico**. São Paulo: Contexto, 2008.

BNCC- **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de maio de 2026.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COPATTI, C. **Professor, livro didático e a autonomia docente**: olhares sobre a docência em Geografia. Curitiba: CRV, 2020.

LAJOLO, Marisa. **O livro didático**: velho tema, revisitado. Em Aberto, Brasília, ano 6, n. 35, jul./set. 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: vozes, p. 61, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira e a Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PELLEGRINI, Marco César. **#Contato História**. Coleção #contato história. São Paulo, 2016, Quinteto Editorial.

SERIACOPI, Gislane Campos. **História por Toda Parte**. 1º ao 3º ano: Ensino Médio, volume único. São Paulo, 2024, Editora FTD, 1 ed.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987a (Oficinas da História, volume 1).

XAVIER, Farliany Ribeiro; TOLEDO, Stefani Moreira Aquino; CARDOSO, Zilmar Santos. Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD): caminhos percorridos. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 42, n. 82, p. 186-202, maio/ago. 2020.